

UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IEL – Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Lingüística

***DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA NO CENSO
DEMOGRÁFICO 2000***

Dissertação de Mestrado

Fabiana Claudia Viana Costa

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Campinas
Fevereiro de 2004

**DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA NO CENSO
DEMOGRÁFICO 2000**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por ***Fabiana Claudia Viana Costa*** e aprovada pela comissão julgadora.

Campinas, 26 de fevereiro de 2004.

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Orientador

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo
Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber Silva
Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini (supl.)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Lingüística.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

C823d	Costa, Fabiana Claudia Viana Designação e referência uma análise enunciativa do Censo Demográfico 2000 / Fabiana Claudia Viana Costa. - Campinas, SP : [s.n.], 2004. Orientador : Profº. Drº. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Semântica. 2. Referência (Linguística). 3. Censo demográfico. 4. Exclusão Social. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	---

**Dissertação de Mestrado defendida em 26 de fevereiro de 2004 e aprovada pela Banca
Examinadora composta pelos Profs. Drs.:**

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães Iel-Unicamp

Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo Labeurb-Unicamp

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber Silva DL-UFSCar

Suplente: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini Iel-Unicamp

Antes do Nome

*Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o 'de', o 'aliás',
o 'o', o 'porém' e o 'que', esta incompreensível
muleta que me apóia.*

*Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.*

*Em momentos de graça, infreqüentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão.
Puro susto e terror.*

Adélia Prado

Aos Anjos da minha vida: minha mãe, Almira, e meu pai, Eurico Chaves.

AGRADECIMENTOS

Alguns nomes, como forma de identificação:

Eduardo Guimarães: orientador... obrigada pela orientação e leitura crítica.

Almira, Eurico Chaves, Adriano, Cássia, Tia Fátima: família... obrigada pelo apoio, sempre.

Vânia Guerra e Celina Nascimento: professoras, orientadoras... obrigada pela formação inicial.

Marcos Barbai, Daniella Cristina, Ana Cláudia, Jocyare, Fátima Catarina: amigos mais que acadêmicos... obrigada pela força.

Érika Luiza, Ana Cristina: amigas de poder... obrigada pelo alívio.

Meus alunos: fonte de aprendizado... obrigada pela compreensão.

Capes: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior... obrigada pelo financiamento.

Deus: Criador... obrigada pela existência.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise semântico-enunciativa das designações *domicílio* e *morador* funcionando em enunciações presentes nos materiais utilizados na realização do Censo Demográfico 2000, assim como a questão 4.08, do Questionário da Amostra, em que aparecem as designações *cor* e *raça*. Essas análises foram realizadas a partir de reescrituras, que se colocam como pontos de homogeneidade, mas que se configuram diferentemente, refazendo essas designações e apresentando predicacões diferentes. Pode-se constatar que há, pelo processo designativo, relações de inclusão e exclusão, em que se constrói um recorte de identificação de determinados grupos de cidadãos brasileiros, moradores e domiciliados, apagando outras formas de identificação, como moradores de rua ou sem-teto.

Palavras-chave: Semântica. Designação. Referência. Censo Demográfico. Exclusão Social

ABSTRACT

This work presents a semantic and enunciative analysis of the designations *domicílio* and *morador*, working in enunciations on the material that is used for Demographic Census 2000, Manual of the Recenseador and the Questionnaires, Basic and Sample ones, and the question 4,08, where the designations *color* and *race* appear. These analyses had been done through ‘reescrituras’, that are put as homogeneity points, but they are configured differently, remaking the designations and presenting different attributes. It can be evidenced through designative process there are relations of inclusion and exclusion, where a cutting of identification of determined groups of Brazilian, living and domiciliated citizens is constructed, and other forms of identification, street-inhabitants or without-ceiling.

Keywords: Semantics. Designation. Reference. Demographic Census. Social Exclusion.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	11
SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: FILIAÇÕES.....	16
NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA: O POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS	22
O FUNCIONAMENTO DAS DESIGNAÇÕES: AS ANÁLISES.....	27
1. DOMICÍLIO	31
2. MORADOR	38
2.1. <i>O Entrevistado</i>	40
3. COR E RAÇA	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	52
APÊNDICE	54
MANUAL DO RECENTEADOR	55
QUESTIONÁRIO BÁSICO	64
QUESTIONÁRIO DA AMOSTRA	69

APRESENTAÇÃO

A partir das primeiras disciplinas de semântica cursadas como aluno especial, despertei meu interesse pelo problema da designação dos nomes. Observei que poderia ser interessante estudar as designações constituídas na formulação de questões sobre a população brasileira, próprias do Censo. Interessou-me, particularmente, a questão da inclusão e da exclusão de cidadãos nas contagens demográficas. Pretendo, neste trabalho, com as análises designativas de palavras fundamentais apresentadas pelos questionários censitários, para a contagem dos brasileiros, apresentar, a partir do quadro teórico da Semântica do Acontecimento, contribuições relevantes tanto para a reflexão em torno das relações entre linguagem, sociedade, história e produção de sentidos, como para produzir elementos que permitam uma melhor compreensão dos resultados censitários. Neste momento em que no Brasil são feitas discussões importantes sobre as desigualdades sociais, e se torna incontornável enfrentar tais desigualdades, pensar o modo como o Estado e a sociedade caracterizam o povo brasileiro pode ser uma forma de participar dessa discussão e contribuir para a formulação de novas políticas sociais, sem abrir mão daquilo que caracteriza o trabalho científico de pesquisa.

INTRODUÇÃO

No âmbito nacional, o Censo Demográfico 2000 – chamado de Censo do Mercosul – é considerado a maior operação estatística realizada no país, e teve como objetivo permitir o conhecimento da realidade brasileira, suas características, principalmente no que diz respeito à constituição e distribuição da população do país no território nacional, às condições de trabalho e educação do povo brasileiro e do rendimento da população.

Desde 1997, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialistas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai – países que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul) – e mais Bolívia e Chile, na qualidade de países associados, reúnem-se periodicamente para discutir e partilhar experiências adquiridas nos últimos censos, além de tentar integrar os dados produzidos e planejar o futuro. Pretende-se, com isso, criar uma definição mínima de variáveis comuns, elaborar um plano comum de tabulações, compatibilizando as definições e os conceitos e garantindo um nível de comparabilidade dos sistemas de classificação para, então, criar uma base de dados única para o Mercosul.

Essa harmonização das estatísticas produzidas pelos países que compõem o Mercosul é, também, parte do projeto de cooperação estatística entre estes mesmos países e a Europa, através da rede de institutos nacionais de estatística que formam o Eurostat. A aproximação metodológica no âmbito estatístico vai possibilitar, de acordo com o IBGE, que sejam utilizados, sobre bases reconhecidas, os dados referentes a todos os campos em que há medição estatística. Essa integração de dados também pode facilitar as relações comerciais e econômicas entre os mercados sul-americano e europeu, possibilitando às pessoas, às instituições e às empresas, através de indicadores mais harmônicos, o acompanhamento da realidade social e econômica dos países que os integram.

O primeiro procedimento adotado pelas comissões dos países que compõem o Mercosul foi comparar os questionários utilizados nos censos de cada país. Segundo o

IBGE, diferenças operacionais e conceituais tornaram-se evidentes e os países decidiram compor um núcleo comum de informações para o ano 2000. Esta uniformização de questionários fez constar as mesmas perguntas sobre economia, características, emprego e renda da população nos formulários de cada país (no nosso caso, população brasileira). Com esses dados, procura-se caracterizar as populações desses países, suas condições de vida, retratando o estado social e permitindo conhecer os níveis de desenvolvimento socio-econômico.

O Censo é considerado um diagnóstico das condições sociais e econômicas de abrangência nacional e seus dados contribuem para a formulação de políticas públicas em todos os níveis de governo. Seus resultados contribuem para prioridades de gastos governamentais nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e saneamento e são utilizados, também, pelo Tribunal de Contas da União para as projeções que servem de base para o cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, assim como para estabelecer o número de deputados federais e estaduais e de vereadores. Levando em consideração a importância do censo para a população de um país, pode-se pensar que a contagem demográfica pode incluir e/ou excluir cidadãos dessas prioridades de gastos governamentais, o que resulta, de uma certa forma, na própria exclusão social desses cidadãos “esquecidos” nas contagens.

De acordo com Oliveira & Pinto (2001), diferenças no recebimento dos benefícios sociais e econômicos marcam todos os sistemas sociais conhecidos, que convivem com maior ou menor grau de exclusão, desestruturando as possibilidades de acesso ao desenvolvimento e ao bem-estar que seriam oferecidos a todos. A própria globalização das relações econômicas coloca em discussão o papel do Estado, principalmente no que se refere ao redimensionamento dos serviços que se dispõe a prestar aos cidadãos. Para as autoras, na questão da exclusão inclui-se a de diversidade e desigualdade, pois, além do emprego e das formas de geração de renda, a inserção social das pessoas deve estar relacionada com as formas de sociabilidade e de consumo, que dependem de mudanças econômicas, sociais e demográficas.

A demografia constitui uma das formas mais relevantes de descrição das características de uma nação e, se bem trabalhado, o levantamento dessas características pode diminuir, consideravelmente, os processos de exclusão de uma sociedade, contribuindo para uma transformação social.

Goldani (2001) acrescenta que seria necessário, para que as análises dos dados estatísticos obtivessem um sentido ético e político, dar voz aos sujeitos, para que os significados históricos e políticos viessem à tona:

(...) Sobre o papel dos dados estatísticos na agenda de uma demografia da exclusão, é importante lembrar que estes se apresentam, em certo momento, como produto da articulação da economia, do poder e da ideologia vigente. Nesse sentido, eles representariam uma objetivação (...) de uma certa correlação de forças carregadas de historicidade. Ao reconhecer estas características nos dados quantitativos, um desdobramento desejado de suas análises seria reativar os significados históricos e políticos que parecem cristalizados e fixados nas evidências de uma determinada conjuntura que tratamos de analisar. Portanto, os dados quantitativos não nos fornecem apenas as informações das chamadas condições objetivas, mas têm plasmado a história das experiências vividas. Dar voz aos sujeitos para que relatem suas histórias poderia não só enriquecer as análises demográficas, como também atribuir-lhes um sentido ético e político, tão importante ao trabalho demográfico. (Goldani, 2001 :55-56)

O primeiro Censo de que se tem registro é narrado na Bíblia, quando se fala do nascimento de Jesus Cristo. Segundo consta no Evangelho de São Lucas (cap. 2), César Augusto, naquele tempo, publica um decreto ordenando o recenseamento do mundo inteiro. Todos iam registrar-se, cada um na sua cidade natal. Por ser da família e descendência de David, José subiu da cidade de Nazaré, na Galiléia, até a cidade de David, chamada Belém, na Judéia, para recensear-se com sua esposa, que estava grávida. Enquanto estavam em Belém, Maria deu à luz seu filho primogênito, Jesus.

Desde 1872 o Brasil realiza seus Censos Demográficos. De acordo com o IBGE, os primeiros, que datam de 1872 e 1900, preocuparam-se basicamente com a contagem da população. Foi em 1920 que outras questões foram incorporadas. Em 1936, foi fundado o

IBGE, que passou a ser o responsável pela realização dos Censos Demográficos no país. A partir de 1940, as coletas censitárias passaram a ser decenais.

Em 2000, segundo Decol (2000), o Censo apresentou algumas inovações, como, por exemplo, a contagem de pessoas portadoras de deficiências, pois até 1991 não havia nenhuma pergunta a respeito nos questionários. Houve um aumento no Questionário da Amostra – 90 questões – quatro vezes superior ao do Censo de 1940 que teve 20 questões e é considerado o marco inicial da história dos censos modernos no Brasil e duas vezes maior que o de 1991.

O Questionário da Amostra, considerado pelo IBGE como o instrumento de coleta mais detalhado, é utilizado para o registro das características do domicílio e seus moradores na data de referência (noite de 31 de julho de 2000), em cada unidade domiciliar ocupada que foi selecionada para a amostra. Nesse questionário, além das informações sobre sexo, idade etc, tem-se, também, pesquisa sobre raça, religião, deficiência física, migração etc. Os domicílios não selecionados para essa amostra recebem o Questionário Básico, que também apresenta questões sobre o domicílio e seus moradores, mas de uma forma bem mais simplificada. A aplicação desses questionários depende do tamanho populacional do município: até quinze mil habitantes, 20% dos domicílios recebem o Questionário da Amostra; para os municípios com população estimada acima de quinze mil, 10% dos domicílios recebem esse questionário.

Por se tratar de um órgão oficial do Estado, a enunciação em que os questionários censitários se dão é vista no imaginário brasileiro como o instrumento de força maior para a contagem da população do país. Esse imaginário se constrói porque há outras enunciações funcionando, enunciações que se apresentam como significando “as características necessárias” (e confiáveis) para se traçar um perfil da população e contá-la, e se coloca como um modo de identificá-la.

Considerando esse pressuposto, busca-se responder, a partir da análise do funcionamento das designações *morador*, *domicílio*, *cor/raça*, nos textos do Censo

Demográfico de 2000, se o Censo trata satisfatoriamente do perfil da população brasileira. Para isso, essas designações, presentes no Manual e nos Questionários, serão analisadas pelo processo de reescritura¹, a fim de que se possa explicitar o modo como o Censo Demográfico busca caracterizar e identificar a população brasileira e, dessa forma, o que população brasileira designa e pode referir.

No primeiro capítulo, esta dissertação apresentará as filiações da Semântica do Acontecimento, o diálogo com a Análise do Discurso e alguns conceitos norteadores, como história, temporalidade, enunciação e acontecimento. O segundo capítulo tratará dos dispositivos analíticos, nomear, designar e referir, numa relação com o político. As análises serão apresentadas no terceiro capítulo deste trabalho, a partir da designação *morador*, *domicílio* e a questão sobre cor e raça. Vale lembrar que, em anexos, estarão os questionários censitários (Básico e de Amostra) e alguns recortes do Manual do Recenseador utilizados na análise.

¹ *Reescritura* será retomada nas categorias teóricas de análise.

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: FILIAÇÕES

Considerando que a linguagem fala de algo e o que se diz é construído na/pela linguagem, Eduardo Guimarães (2002-a) define a Semântica do Acontecimento como a responsável por uma análise do sentido da linguagem centrada no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Para tratar da enunciação, o autor filia-se teoricamente aos estudos enunciativos apresentados por Oswald Ducrot, que define a enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (1984:168), mas retirando a categoria “falante” e “ouvinte” de um plano individualista, como algo no mundo; e, Émile Benveniste, que considera que a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor, que, no momento dessa apropriação, faz a língua funcionar, mas afasta-se desse autor no momento em que não concebe o sujeito como o “centro do dizer”, o responsável pelo tempo presente.

Para Guimarães (1999), a língua funciona porque é afetada por sua exterioridade, pela história, numa relação de alteridade do sentido, a interdiscursividade – a memória dos sentidos.

A enunciação, na óptica da Semântica do Acontecimento, é a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento; é um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, uma relação interdiscursiva que resulta na historicidade da língua:

Não é o locutor que coloca a língua em funcionamento. A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos. (Guimarães, 1995:69)

O autor acrescenta ainda que a língua e o sujeito se constituem pelo funcionamento da língua; a língua não tem sentido em si mesma, é pelo funcionamento que significa no e pelo acontecimento.

Outro autor a que a Semântica do Acontecimento se filia é Michel Bréal que, com a obra publicada em 1897, “Ensaio de Semântica”, marca muito especificamente o processo pelo qual se constitui a semântica como disciplina lingüística. É num texto de 1883, de Bréal, “Les lois intellectuelles du langage. Fragment de sémantique”, que o termo semântica foi usado pela primeira vez. Dois momentos principais desse texto, como ressalta Guimarães (1995:13), são quando Bréal tenta mostrar que “as questões da significação não podem ser tratadas pela via etimológica, mas pela consideração de seu emprego” e quando acrescenta que “é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem”. No livro “Ensaio de Semântica”, Bréal convida o leitor a conhecer a ciência que chama de Semântica, a ciência das significações, que ocupa lugar oposto à fonética, a ciência dos sons:

O que eu quis fazer foi traçar algumas grandes linhas, marcar algumas divisões, como um plano provisório, sobre um domínio ainda não explorado, e que reclama o trabalho combinado de várias gerações de lingüistas. Peço ao leitor, então, que veja este livro como uma simples introdução à ciência que me proponho a chamar de Semântica. (Bréal, 1992:20)

A Semântica, para ele, é uma disciplina lingüística em que a linguagem é vista como fenômeno humano e histórico.

A Semântica do Acontecimento produz um deslocamento nos estudos semântico-enunciativos, apresentados por autores como Benveniste e Ducrot, pela inclusão da história. Essa Semântica, como menciona Guimarães (1995), trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia. É nessa perspectiva que a questão do sentido é tratada como uma questão enunciativa, considerando tanto a enunciação quanto a significação como históricas, não no sentido de tempo, cronologia, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência (Guimarães, op. cit.). A história não é posterior, mas constitutiva das práticas sociais, por uma memória concreta da sociedade. A língua funciona porque é afetada por sua exterioridade, que é a história.

Essa temporalidade, apresentada pelo autor (2002-a), se dá por um presente que abre em si uma latência de futuro responsável, no acontecimento de linguagem, pela significação e pelo interpretável. É a partir dessa futuridade que todo acontecimento de linguagem é sempre outro; é por projetar em si uma latência de futuro que o acontecimento de linguagem significa. Sem essa futuridade, o dizer não passa de uma ação física, uma cadeia sonora, uma seqüência de articulações. O passado, no acontecimento, não é um antes, mas uma rememoração de enunciações, um memorável que o acontecimento recorta como passado. Tanto o presente, que toma o sujeito para si no acontecimento, quanto o passado, que não se coloca como um antes, e o futuro, que não se apresenta como um depois, são constitutivos do acontecimento.

O acontecimento, como acrescenta o autor, não está no tempo, mas o constitui; é uma temporalidade que estabelece um presente, rememora um passado e tem uma latência de futuro. Esse *depois*, que abre o lugar dos sentidos, só significa, segundo Guimarães (op. cit.), porque o acontecimento recorta um passado como memorável, a rememoração de enunciações. Dessa forma, não é o sujeito a origem do tempo da linguagem, mas o acontecimento. O que faz um acontecimento ser diferente de outro não é o fato de ter acontecido em tempos cronológicos diferentes, mas a temporalidade que cada um constitui para si. É o acontecimento, que apresenta sempre uma nova temporalização, o responsável pelo sentido, pelo acontecimento de linguagem e pela própria enunciação; o sujeito é tomado por esse tempo no acontecimento; é uma temporalidade que o próprio acontecimento constitui. A constituição dessa temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia (Ducrot, 1972) global do dizer em uma certa língua; deontologia essa que implica em obrigações e regulamentações.

Ao dialogar com a análise do discurso, a Semântica do Acontecimento mobiliza a noção de interdiscurso. O interdiscurso, segundo Pêcheux (1975), se define como algo dito sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, ou seja, é a relação de um discurso com outros discursos. Para ele, o interdiscurso está subordinado às formações ideológicas, que determinam, por uma relação sócio-histórica, o sentido de uma palavra ou expressão. É

numa formação ideológica específica e numa posição sujeito específica que uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito:

(...) O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em “si mesmo”, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (Pêcheux, 1975 :160)

Para Orlandi (1997), as formações discursivas constituem as diferentes regiões que recortam o interdiscurso, refletindo as diferentes formações ideológicas e o modo como as posições-sujeito constituem sentidos diferentes. As várias posições do sujeito podem representar diferentes formações discursivas e as relações entre essas diferentes formações discursivas podem ser de confronto, de sustentação mútua, de exclusão (Orlandi & Guimarães, 1988). “O interdiscurso é, dessa maneira, o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade” (Zoppi-Fontana, 1997: 37).

Guimarães (1995) acrescenta ainda que o sentido de um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso, do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. Segundo o autor, o interdiscurso constitui o sujeito e o sentido, no momento em que põe a língua em funcionamento.

Enunciar é, como afirma Guimarães (2002-a), uma prática política, é estar na língua em funcionamento, num espaço dividido de línguas e falantes, o espaço de enunciação; é estar na memória e não no tempo cronológico. Enunciar é falar enquanto sujeito, afetado pelo simbólico; o sujeito que enuncia fala de uma região do interdiscurso, memória de sentidos. Assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia, considerado aqui como Locutor, com maiúscula (L). L é o lugar que se representa como fonte do dizer, como se fosse determinante do tempo presente do dizer. Essa representação se divide, pois para

estar no lugar de L é necessário estar afetado por lugares sociais autorizados a falar (como e em que língua). L só pode falar enquanto predicado por um lugar social, locutor-x, em que x é a variável de lugar social, distribuído por uma deontologia do dizer, que estabelece lugares.

Há, segundo Guimarães (op. cit.), uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x; é somente enquanto o Locutor (L) se dá como lugar social (locutor-x) que ele se dá como Locutor. Essa disparidade se dá, no acontecimento de enunciação, entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento. O Locutor, no acontecimento, está dividido porque fala e enuncia enquanto sujeito. Guimarães (2002-a) define também Enunciador, Enunciador-individual, Enunciador-genérico e Enunciador-universal. Para o autor, Enunciador é aquele que se representa como o lugar de dizer, lugares que, mesmo se apresentando como independentes da história ou fora dela, são próprios de uma história. Enunciador-individual é a representação do lugar da individualidade, que também se coloca como independente da história. O Enunciador-genérico é, segundo ele, o lugar de dizer que se apresenta como o apagamento do lugar social. O que se diz é dito como aquilo que todos dizem, como nos ditos populares, por exemplo. Nesse caso, o Locutor simula ser a origem do que diz e também se apresenta como independente da história. Por fim, o Enunciador-universal é definido como sendo o enunciador que se apresenta como o lugar do dizer que diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos e está submetido ao regime do verdadeiro e do falso; o lugar do enunciador se identifica com o lugar do universal, um lugar não social, acima da história, e não somente fora dela. Esses lugares de dizer são as diferentes formas que dividem o Locutor e explicitam a negação da sua unidade e da sua originalidade. O enunciador é a divisão do Locutor, que funciona por desconhecer que suas palavras não são suas. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico e não enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico.

Esses lugares constituídos pelo dizer são constituídos na cena enunciativa que são, como define Guimarães (2000), modos específicos de acesso à palavra, ou seja, especificações locais nos espaços de enunciação, com relação entre as figuras de

enunciação e as formas lingüísticas; é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Na cena enunciativa, “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” são lugares constituídos pelos dizeres. A cena enunciativa coloca em conflito os lugares sociais do locutor, os papéis enunciativos e, também, os lugares de dizer (enunciadores). Essa distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento. O Locutor, ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares de fala foram divididos.

O autor (op. cit.) acrescenta que a relação entre falantes e línguas se dá num espaço de enunciação. Esse é um espaço regulado e de disputa pela palavra e pelas línguas, ou seja, num espaço político. Os espaços de enunciação são espaços políticos, divididos desigualmente, de disputa pela palavra. Os falantes são determinados pela língua que falam; são sujeitos da língua constituídos por um espaço de línguas e falantes, que são os espaços de enunciação. O falante, categoria histórica, política, lingüística e enunciativa, é politicamente constituído pelos espaços de enunciação. Os espaços de enunciação, segundo Guimarães (2002-a), são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam-se por uma disputa incessante. Os sujeitos, divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, fazem parte desses espaços.

O sujeito, na perspectiva da Semântica do Acontecimento, é uma questão lingüística, que se constitui pelo funcionamento da língua em que se enuncia algo, ou seja, o sujeito se constitui na e pela linguagem. A língua é posta em funcionamento ao mesmo tempo em que o indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, sendo afetada pelo interdiscurso e produzindo sentidos. Esses sentidos são os efeitos da memória, das posições de sujeito, do cruzamento de discursos no acontecimento, no presente do acontecimento (Guimarães, 1995). O sujeito tem papel determinante na constituição dos sentidos; os sentidos são construídos por/através de sujeitos inscritos numa história, mas este processo escapa ao seu controle às suas intenções (Rodríguez, 1998). Assim como para a análise do discurso, o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história, é constituído na e pela linguagem; tem relação com o histórico-social, com o ideológico e com a memória discursiva (Orlandi, 2001).

NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA: O POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

Neste capítulo, explicitaremos as noções de nomeação, designação e referência, numa relação com o político, a partir da Semântica do Acontecimento. Para essa semântica, a designação é o sentido dos nomes, e deve ser pensada diferentemente de nomeação e referência.

Para Bréal (1992), a linguagem designa as coisas de modo inexato e incompleto, não consegue fazer entrar na palavra todas as noções que um ser ou um objeto possam ter. Com isso, cria um nome que não tarda a se tornar um signo. Mas para que esse nome seja aceito, é preciso que haja alguma coisa de surpreendente e de justo. Depois de aceito, o nome esvazia-se rapidamente de sua significação etimológica. Os nomes não têm relação com o etimológico (os nomes próprios já surgem sem relação com o étimo e os nomes comuns tendem a isso), quanto mais a palavra se distingue de sua origem, mais ela serve ao pensamento. Esse nome apenas encerra nele “parte” da verdade e mesmo sendo surpreendente e justo é incompleto; é dessa forma que a linguagem funciona.

É pensando a língua na relação com o real que Guimarães define a designação. Para ele (2002-a), a designação está no campo da significação, é a significação de um nome, tomada na história e remetida ao real, não de forma abstrata, mas simbólica, por meio de uma relação lingüística, que constrói o objeto do qual se fala. A materialidade do objeto é constituída numa relação com a memória, com o interdiscurso. A palavra designa, segundo Guimarães, quando ela se reporta a algo que não é ela. Designar não é referir. A designação divide o real e identifica os objetos por essa divisão; a designação é construída pelo próprio funcionamento do nome, no acontecimento de linguagem. Não é o sujeito que designa, nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui o seu próprio passado e projeta um futuro.

Guimarães (op. cit.) define a nomeação como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, seria a enunciação fundadora, aquilo que só ocorre, num certo

sentido, uma única vez; a partir daí, o que há são referências e a reconstituição incessante das designações, numa forma de consequência dessa enunciação fundadora. Nomear é um processo de identificação social, é recortar o real e dar-lhe uma identidade, como uma forma de construir o sentido do visível, em que se toma a significação a partir do nome.

Ranci re (1992), a partir de estudos enunciativos do discurso da história, realiza um trabalho com os nomes e a forma como eles designam e referem. Ele faz uma distinção, seguindo Benveniste, entre a enunciação discursiva, que é marcada pelo “eu”, e a enunciação histórica, não marcada pelo “eu”. Segundo Ranci re (op. cit.), as palavras da história são nomes, nomes que não designam classes de objetos apenas, mas que identificam, “um nome identifica, ele não classifica” (:43). A história existe, acrescenta o autor, porque os nomes identificam, porque os seres falantes estão reunidos e divididos pelo nome, nomeiam a si próprios e aos outros, num processo de identificação e não apenas de classificação. A história não é o que aconteceu, mas o que se conta do que aconteceu, são os relatos que referem a algo; quando se retira essa referência, se perde o sentido e a verdade. Para ele, há palavras que são caracterizadas pelo excesso; as falas em que essas palavras se dão são consideradas excessivas, um dizer sem signific  o. O próprio acontecimento histórico, segundo ele, está ligado ao excesso da fala, pelo deslocamento do dizer.

Ao adentrar no campo do referencialismo, estudado quase sempre em relação com o empirismo, correlaciona-se a linguagem com as coisas existentes, de modo transparente, classificando os objetos. A linguagem é considerada, muitas vezes, como o instrumento de descrição das coisas do mundo. Frege (1892), por exemplo, considera que o sentido é o modo de apresentação da referência e esta, por sua vez, é o próprio objeto. Não faz parte do que interessa para Frege o objeto “representado” de forma subjetiva. A referência   a relação com o objeto no mundo a que a palavra reporta. Para ele, é por meio de uma palavra ou expressão que o sentido de um nome é apresentado e, dessa forma, denota algo. Seria, portanto, a relação palavra/coisa. A referência de uma proposição, para ele, é o valor de verdade dessa proposição; a referência de um nome próprio é a pessoa a que se relaciona. Por outro lado, o sentido é o modo como esse nome apresenta sua referência. Para Ducrot

(1984), o referente é, ao mesmo tempo, inscrito no discurso e exterior ao discurso – interior porque o sentido é interno e exterior porque o discurso não é o mesmo e não é único. Para ele, o referente é criado dentro do próprio discurso. Esse autor, ao fazer a relação interior/exterior na linguagem, passa pelos estudos fregueanos para tratar da relação sentido/referência. O sentido é próprio das expressões e a referência exterior a essa expressão. Para ele, é possível falar em exterioridade de um referente graças aos discursos outros existentes que visam a esse referente. Segundo Ducrot, a representação de um referente é o que o discurso² institui como sua representação:

(...) Desde que haja um ato de fala, um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. É a esta orientação que podemos chamar 'referência', chamando 'referente' ao mundo ou objeto que ela pretende descrever ou transformar. O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade, mas sim a sua realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade.
(Ducrot, 1984 :419)

Guimarães (2002-a) traz para os estudos semânticos do Brasil uma nova forma de pensar a referência quando inclui a história e o social no seu funcionamento e considera que a referência é a especificação de algo na/pela enunciação e é produzida pelo funcionamento enunciativo em que as relações históricas e sociais determinam a constituição dos sentidos; a relação de referência entre o nome e o objeto é mediada pela historicidade. Para ele, a linguagem significa o mundo e identifica os seres porque os significa – é isso que torna possível a referência a um ser particular entre os seres assim identificados (: 10). Acrescenta, ainda, que essa relação da linguagem com o mundo é uma relação construída pelo acontecimento. A linguagem refere ao existente a partir dos sentidos construídos sobre esse existente. O referente é sim uma exterioridade produzida pela linguagem, não é apenas a relação palavra/coisa, como propõe Frege, e nem se reduz ao que se fala dele, como apresenta Ducrot, pois é objetivado pelo confronto de discursos; o objeto é constituído por uma relação de discursos.

² O sentido reescriturado pela palavra discurso não é exatamente o mesmo sentido que a palavra apresenta, a partir da Análise do Discurso, neste trabalho.

A relação da designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, mas sim, exposto à diferença (Guimarães, 1995). Na designação, a ilusão de unidade do objeto designado funciona segundo as determinações da dominância de uma formação discursiva. O processo enunciativo da designação é um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. Há, nesse confronto, um recorte, um campo de ‘objetos’ que variam de acordo com os lugares enunciativos aí configurados. Esse confronto redivide esse campo de ‘objetos’ por um outro memorável, constituindo, assim, um outro campo de ‘objetos’. A designação está no espaço do sentido das expressões; ela divide o real e identifica os objetos dessa divisão (produz identidade). A palavra é o elemento da divisão do real e mantém uma relação com o real por meio do sentido. Para a Semântica do Acontecimento, referir, indicar o objeto, especificar, é parte do processo que constitui as designações.

As formas de constituição da referência, e conseqüentemente da designação, estão afetadas por relações políticas em que os enunciados se dão, relações essas próprias da divisão que afeta materialmente a língua e o acontecimento enunciativo. Político, aqui, é considerado como algo que produz divisões que regulam a materialidade do dizer, estabelecendo uma divisão desigual do real, o fundamento das relações sociais (Guimarães, 2002: 16). Orlandi (1996) acrescenta que para se pensar o político, é preciso ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação; a forma material do político é diferente nos diferentes países porque a discursividade difere, produzindo diferentes jogos imaginários, nas diferentes línguas. Isso é prática ideológica, constitutiva da relação sujeito/sentido e da relação imaginária do homem com o simbólico. O político é constitutivo e “expõe” um sentido sempre dividido, numa divisão que está ligada às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história. Falar português no Brasil, por exemplo, é, como expõe Guimarães (2000), falar uma língua que são várias. Não há igual direito ao dizer. O acesso à palavra é regulado. Há lugares em que esse acesso é negado e a fala sem sentido. Para ele, o direito à palavra está distribuído de tal modo que é um para uns e outro para outros. Falar é estar afetado por essas divisões que caracterizam o espaço de enunciação da Língua Portuguesa no Brasil.

O político estabelece, contraditoriamente, uma divisão desigual do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Essa desigualdade se apresenta como necessária à vida social; é o conflito entre a divisão que está posta e a redivisão que faz com que os excluídos reclamem seu pertencimento. A relação entre línguas e falantes, como afirma o autor, se dá num espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, ou seja, num espaço político. A língua é normativamente dividida porque é necessariamente atravessada pelo político; é, enquanto simbólico, a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (Guimarães, 2002). Para ele, o político está sempre dividido por essa contradição que o constitui.

O FUNCIONAMENTO DAS DESIGNAÇÕES: AS ANÁLISES

Para se explorar o objeto específico de análise deste trabalho, ou seja, o funcionamento da designação, tomar-se-á como *corpus* os materiais utilizados no Censo Demográfico 2000. Esses materiais constituem-se pelo Questionário Básico, com 10 questões relacionadas às características dos domicílios e 09 às características dos moradores. Esse Questionário Básico solicita informações básicas sobre os moradores, como por exemplo, sexo, escolaridade e rendimento, e seus domicílios, a espécie, o tipo, a forma de tratamento da água e do lixo, e é considerado como o instrumento de coleta utilizado para o registro das características do domicílio e dos seus moradores na data de referência – noite de 31 de Julho de 2000 – em cada unidade domiciliar que não foi selecionada para a amostra. Os domicílios selecionados (aleatoriamente) para a amostra, cerca de 10% de cada município, recebem o Questionário da Amostra, que consta de 23 questões acerca das características dos domicílios e 67 relacionadas às características dos moradores. O questionário de Amostra, além de ser utilizado para o registro das características básicas do domicílio e dos seus moradores na data de referência, é mais detalhado e apresenta questões a respeito dos objetos presentes no domicílio, da cor/raça, religião, deficiência, migração e ocupação dos moradores. É no Questionário da Amostra que se encontra a questão sobre cor ou raça do morador (questão 4.08), questão essa considerada, aqui, crucial para o estudo da caracterização da população brasileira, diante de importantes discussões existentes acerca da desigualdade social no Brasil. Esses questionários, apresentados no domicílio pelo recenseador, devem ser respondidos por algum morador do domicílio recenseado, responsável ou não por esse domicílio, que deve responder ao questionário escolhendo uma das alternativas já postas nas questões. O Manual do Recenseador, que apresenta as “definições” dos termos utilizados no Censo Demográfico de 2000 também constitui o *corpus* deste trabalho.

Esses materiais selecionados para constituírem o *corpus* não são considerados aqui apenas como um material utilizado para contar a população brasileira, no caso dos questionários, mas como textos, unidade de análise, atravessado por várias posições do sujeito e, ao mesmo, sendo uma dispersão de discursos (Guimarães, 2002-b); são

acontecimentos enunciativos, em que se determinam o social, os incluídos no Estado e, por isso, reclamam interpretação, não como forma de trazer à tona sentidos já prontos, mas como atos, tomadas de posição, reconhecidas como efeitos de identificação assumidos e não negados (Pêcheux, 1983). Assim como para Orlandi (1996), o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua e o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história.

No momento em que o recenseado assume a palavra para dar sua resposta, ele fala enquanto sujeito, constituído pelo funcionamento da língua. Assumir a palavra é colocar-se no lugar de Locutor (L), afetado por lugares sociais autorizados a falar (locutor-x). Realizar as entrevistas no processo de coleta censitária só é possível porque o Locutor se constitui, enquanto lugar de enunciação, como lugar social de locutor, ou seja, locutor-recenseador. O mesmo acontece com os moradores recenseados, que respondem às perguntas trazidas pelo locutor-recenseador. Esses moradores só podem responder ao questionário na medida em que são constituídos como um lugar social, ou seja, locutor-recenseado. Há uma disparidade no acontecimento de enunciação constitutiva do Locutor L e do locutor-x, ou seja, ambos funcionam ao mesmo tempo (Guimarães, 2002-a). No que diz respeito aos lugares de dizer, o locutor-recenseador fala do lugar de enunciador-universal, ou seja, se coloca em um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como fora da história, o lugar do qual se diz sobre o mundo que, ao mesmo tempo em que se submete ao regime do verdadeiro e falso, se apresenta como um dizer institucionalizado, imposto. O locutor-recenseado também se coloca em um lugar de dizer que se representa como não sendo social e independe da história, mas é o lugar que, ao mesmo tempo, se representa como individual, o que está acima de todos.

É por se colocar no lugar que enuncia, por se representar no dizer como fonte desse dizer, por desconhecer que fala de um lugar social e por representar o tempo do dizer como contemporâneo dele mesmo que o Locutor é dividido; é por esse esquecimento que o Locutor se constitui.

É por essa via teórica que as análises designativas se darão neste trabalho, considerando-se as designações *morador* e *domicílio* e *cor/raça* funcionando nos enunciados dos Questionários e do Manual do Recenseador. Essas designações foram selecionadas para a análise pelo fato de serem “descritas” no Manual do Recenseador, a fim de que o próprio recenseador faça o levantamento de todos os domicílios e unidades não-residenciais para, então, fazer o recenseamento de todos os moradores. Os recortes foram selecionados a partir da presença de diferentes designações que, de uma certa forma, constituem diferentemente as designações *domicílio* e *morador* e *cor/raça* pelo processo de reescritura, tanto no Manual quanto nos Questionários. Para que o objetivo do Censo Demográfico seja alcançado – a contagem da população brasileira – é imprescindível que se tenha claramente definido o conceito de domicílio e morador, seus “sentidos possíveis”, utilizado tanto no Manual quanto nos próprios questionários.

As análises desenvolvidas neste trabalho são consideradas a partir de uma relação, chamada, por Benveniste (1966), integrativa, intra-enunciado, que se esgota no enunciado, no segmental, partindo de unidades menores para maiores. Já para Guimarães (2002-a), essa relação não se esgota no enunciado, deve ser considerada com o texto e é tratada como um modo de analisar o sentido de uma expressão a partir do modo de integração num enunciado, na relação com o texto. Para tratar dessa relação, Guimarães (op. cit.) apresenta as reescrituras, numa associação com os pontos de deriva, apresentados por Pêcheux (1983). Segundo esse autor, todo enunciado é descritível, do ponto de vista lingüístico, com vários pontos de deriva possíveis, abrindo lugares para interpretação; “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1983 :53). Para Guimarães (op. cit.), não há textos sem o processo de deriva de sentidos, sem reescritura. É essa deriva enunciativa incessante que constitui, ao mesmo tempo, o sentido e o texto. A deriva ocorre exatamente nos pontos de estabelecimentos de identificação de semelhança, de correspondências, de igualdade, de retificações; são formas que se dão como iguais, correspondentes umas às outras, consideradas, em outros lugares teóricos, como recursos coesivos, substituições, anáforas, catáforas, que se apresentam como uma relação de homogeneidade, mas que aqui se apresenta como diferente; é aí que o sentido está se

fazendo como diferença, constituindo textualidade. São esses pontos de reescrituras que permitirão a descrição e a interpretação das análises aqui apresentadas. Como acrescenta o autor:

A ilusão específica do processo coesivo é da montagem da unidade interna, própria a uma seqüência homogênea que começa e termina. Esse efeito de unidade opera pelo esquecimento de que o que se dá como texto só se interpreta levando em conta o que vem de fora, o interdiscurso. Portanto, o que se dá como homogêneo e finito, não o é. (Guimarães, 1995-b: 66)

Guimarães (2002-a) acrescenta ainda que o procedimento de reescrituração no texto faz com que algo no texto seja interpretado como diferente de si. Reescrever é sair da unidade. Quando se reescreve mostra-se uma predicação diferente, em que a designação de um nome é refeita, reconstruída. As reescrituras constroem um recorte de identificação do real.

Ao analisar a designação de uma palavra, percebe-se como sua presença no texto constitui predicações por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido dessa designação. As reescrituras, mais uma vez, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz o que já foi dito. A textualidade e o sentido das expressões, para Guimarães (1999-b), se constituem pelo texto por essa reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento em que se enuncia.

Ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, esse procedimento atribui algo ao reescrito; atribui, predica o que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. Mesmo a reescrituração significando, na temporalidade do acontecimento, esse movimento de predicação na duração do presente do memorável significa porque projeta um futuro, o tempo da interpretação no depois do acontecimento no qual o reescrito é refeito pelo reescrevente.

Como todo acontecimento de linguagem, a reescritura é perpassada pelo confronto do polissêmico e do parafrástico. A parafrase, tal como para Orlandi (2001), representa a

estabilidade, o retorno aos mesmos espaços do dizer, é o que se mantém em cada dizer, o dizível, a memória. Por outro lado, a polissemia representa o deslocamento, a ruptura nos processos de significação. A incompletude é fundamental no dizer, pois é ela que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. Quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta (Orlandi, 1997). Pelas reescrituras, os dizeres se apresentam como parafrásticos, como retomadas que significam o mesmo, o homogêneo. Para Guimarães (1999-b), a textualidade se dá porque dizer é reescrever um dito e esse incessante parafraseamento se faz como a constituição do polissêmico nestes pontos de identificação. Analisar um texto, de acordo com o autor, é analisar como a memória do discurso, o exterior – o interdiscurso – faz funcionar a língua em um presente e como, língua e memória, significam no presente do processo da história dos sentidos:

Analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Desse modo, a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. (Guimarães, 1999-b :34)

O autor (op. cit.) acrescenta ainda que o sentido de uma expressão não é construído pelo sentido de suas partes, mas pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto. Por isso, é possível deixar intervir na descrição dos sentidos os rememorados que os diversos pontos de um texto recortam. Guimarães (1998) acrescenta, ainda, que as relações com a história é o que faz uma forma da língua significar nos textos em que aparece. Para ele, um texto significa por sua relação com uma memória que lhe dá significação.

1. Domicílio

A partir da relação integrativa, será observado, primeiramente, como a palavra *domicílio* funciona, nos enunciados do Manual do Recenseador e no Questionário Básico, para referir algo, e como a reescrituração de domicílio faz funcionar outras palavras para a

mesma referência. Essas outras palavras, que integram definições e modos de referir que se constituem no acontecimento enunciativo dado, predicam *domicílio*, constituindo sua designação.

Como efeito do funcionamento das designações, *domicílio* pode ser interpretado, através das reescrituras, como *residência* ou *moradia*. Vejamos um recorte em que esse sentido se configura:

[1] *O que é Domicílio*³?

*Em geral, não há dificuldade para identificar um domicílio e para entender o conceito quando utilizado com o sentido de residência ou moradia, que é o caso do Censo 2000*⁴. (:24)

Analisando o processo designativo entre *domicílio*, *moradia*, *residência*, a partir da definição apresentada no Manual do Recenseador, pode-se observar que *moradia* e *residência* reescrevem *domicílio* e esses nomes apresentam-se como sinônimos, produzindo um efeito de indistinção entre as designações. Esse efeito de indistinção complementa-se pela presença da conjunção “ou”, que coloca as duas designações como complementares do sentido de *domicílio*; *domicílio* passa, então, a significar tanto *residência* quanto *moradia*. O que *residência* designa identifica o que *moradia* designa. *Residência* e *moradia*, na medida que reescreveram *domicílio*, predicam *domicílio* identificando-o, delimitando alguns possíveis sentidos. Esse sentido que se constitui no processo designativo de *domicílio* faz a significação de *domicílio* apresentar-se como estável, única, sem possibilidade de “interpretações outras”. Apesar de, no recorte apresentado, terem sido selecionadas as reescrituras *domicílio*, *residência* e *moradia*, toda a definição de *domicílio* apresentada se coloca como sua reescritura predicando *domicílio* e assim constitui o que *domicílio* designa.

A designação *domicílio* é uma configuração construída pelo acontecimento. A cena enunciativa em que essa definição se dá é marcada por um acontecimento que recorta como memorável a pesquisa e contagem dos domicílios, os diversos conceitos de

³ Nos recortes utilizados neste texto, as palavras sublinhadas são reescrituras de *domicílio*.

⁴ Cf. recortes nas páginas 57, 58 e 59 (Manual do Recenseador), nos anexos, para a designação *domicílio*.

domicílio e, por isso, reclama uma definição. A designação *domicílio* é apresentada como análoga às designações de *residência* e *moradia*. Para Bréal (1992), as línguas buscam na analogia tanto uma forma de facilitar a expressão como de evitar obscuridades, evitando qualquer tipo de incompreensão. O passado tomado nesse acontecimento traz para si o fato de poder haver algum equívoco nas interpretações de *domicílio* e, conseqüentemente, no reconhecimento das construções consideradas como *domicílio*, afetando, dessa forma, o trabalho censitário. Esse memorável, que traz em si a ilusão do controle desses possíveis equívocos, funciona como algo que é próprio do presente do acontecimento. Pode-se, pelo próprio comentário do Manual do Recenseador, atestar a ilusão de transparência da linguagem:

[2] Se cada Recenseador formular as perguntas com as suas próprias palavras, o Censo corre o risco de ter informações incorretas. A experiência dos Censos anteriores evidenciou que, quando o Recenseador faz a pergunta usando a sua própria linguagem, ela pode ser interpretada de modo diferente daquela que está expressa no questionário. Quando isso acontece, as respostas dadas pelos entrevistados não atendem aos objetivos do questionário⁵... (:33)

O Locutor procura organizar seu discurso na ilusão de ter controle sobre sua fala e sobre os sentidos produzidos, sem conscientizar-se da relação que tem com a memória. Esse esquecimento, o esquecimento número 2 trazido por PÊCHEUX (1975), apresenta a ilusão da “objetividade” do pensamento, que se pensa ser retratado, de forma única (e transparente), naquilo que dizemos e, como acrescenta ORLANDI (2001), é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos e é necessário para o funcionamento da linguagem.

Pode-se dizer, ainda, que o que é apresentado pelo Manual do Recenseador como uma definição de domicílio é, inicialmente, o dizer de um locutor que redige, afetado por uma memória discursiva, as definições de domicílio presentes nesse material. Esse acontecimento traz como seu presente o tempo em que o Locutor redige a definição, afetado por um passado, também próprio desse acontecimento, que se apresenta como um rememorado que faz significar domicílio, projetando sentidos futuros, dando margens à

⁵ Cf. recorte na página 63 (Manual do Recenseador), nos anexos.

interpretação. A constituição dessa temporalidade orienta uma interpretação e *domicílio* passa a significar a partir dessa definição, isto é, o sentido de *domicílio* são as determinações que o texto, em sua interioridade, lhe confere, e *domicílio* significa, nesse acontecimento específico, entre outras edificações, “residências”, “moradias”....

Há, também, outras formas de reescrituras de *domicílio* no Manual do Recenseador, como, por exemplo, *um domicílio particular*, que aparece predicado por *a moradia*:

[3] *O que é um Domicílio Particular?*

É a moradia onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. (:52)

Considerando a construção da designação de *domicílio*, podemos completar que *Domicílio* é constituído, no acontecimento em que essa definição se dá, como um modo de identificar e referir à própria moradia (construção permanente). A determinação *particular*, como uma forma de especificação do sentido de *domicílio*, caracteriza *domicílio*, predicando-o e delimitando sentidos outros. *Domicílio*, a partir do movimento de reescrituração, passa a significar o que *domicílio particular* significa e o que *moradia* significa. Essas reescrituras de *domicílio* (*domicílio particular* e *moradia*), na medida em que o especificam, no processo de referência a *domicílio*, constituem e recortam os espaços de moradores, que possuem algum tipo de relacionamento (“*laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência*”), a serem contados no Censo Demográfico. As determinações que predicam *domicílio* (“*onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência*”) também fazem parte da designação de *domicílio*, numa forma de identificação do que pode ser *domicílio*.

Há, também, no material analisado, instabilidades de designações que se dispersam no texto, pelas definições de *casa*, *apartamento* e *cômodo*, identificando estes a *domicílio particular*:

[4] *Casa – é o domicílio particular localizado em uma edificação com acesso direto a um logradouro...;*

[5] *Apartamento – é o domicílio particular localizado em edifício de um ou mais andares...;*

[6] *Cômodo – é o domicílio particular composto por um ou mais aposentos... (:80)*

Os recortes acima evidenciam uma instabilidade semântica produzida pelo cruzamento de diferentes lugares-e-tempos de significação, a partir dos quais se instala um sentido, apagando outros sentidos possíveis (Guimarães, 1995). Os processos de designação das definições de domicílio apresentadas no Manual, ao referir domicílio por *casa*, *apartamento* ou *cômodo*, reescrevendo-o, determinam domicílio. Esses nomes designam domicílio, identificando-o, por uma relação sócio-histórica. *Casa*, *apartamento* e *cômodo* passam a designar domicílio particular e, conseqüentemente, domicílio, passando a significar as “construções que serão contadas pelo Censo Demográfico”.

No Manual do Recenseador aparecem, ainda, desenhos, em forma de quadrinhos, como poderá ser observado nos anexos, que simulam uma visita do recenseador aos domicílios. Nesses quadrinhos, *domicílio* aparece reescrito por *casa*, *moradia* ou até mesmo por *domicílio*:

[7] *O senhor pode me explicar onde fica a casa mais próxima?
É a casa do Seu Antonio. (:22)*

[8] *Há alguma outra moradia ou construção aqui? (:26)*

[9] (...) *Posso fazer algumas perguntas sobre sua casa e as pessoas que vivem nela? (:31)*

[10] *A senhora sabe me dizer a que horas eu posso encontrar seus vizinhos em casa? (:54)*

[11] *Então, neste domicílio moram duas famílias coniventes? (:89)*

[12] *A senhora pode me dizer o nome de cada morador deste domicílio? (:90)*

Os espaços de enunciação em que se dão os enunciados dos quadrinhos acima são constituídos por cenas enunciativas afetadas por uma relação com o cotidiano, com o informal. A enunciação em funcionamento, através da materialidade da língua, reclama esse informal. Quando o recenseador, representado nos quadrinhos, dirige-se ao morador para perguntar sobre outro domicílio, refere-o por *a casa* ou alguma outra *moradia* (quatro primeiros recortes); no momento em que questiona o morador do domicílio sobre as características do próprio domicílio, valendo-se do questionário censitário, refere por *domicílio* (dois últimos recortes). Há uma regulação na distribuição dos espaços de enunciação; nos espaços em que as enunciações são constituídas como registro oficial do IBGE, por exemplo, para preenchimento do questionário, o lugar do formal, não se utiliza *casa* ou *moradia*, mas *domicílio* – “Então, neste domicílio moram duas famílias coniventes?” (:89); “A senhora pode me dizer o nome de cada morador deste domicílio?” (:90).

A designação *domicílio*, que se faz presente em todas as questões dos questionários que fazem relação às características da habitação recenseada, é reescriturada, sempre, pela própria designação *domicílio*. Essa padronização de designações, determinada pelo modo de referir *domicílio*, ou seja, particularizar *domicílio* pela enunciação em que as questões se dão, apresenta-se como o lugar do formal, como uma possibilidade de “controle” e “limitação” de sentidos e de interpretação, pelo próprio processo de uniformização de designações. Essa ilusão de sentido pré-existente, de considerar o nome como forma de classificação, já aparece, inicialmente, ao recenseador-entrevistador, por meio das definições contidas nas enunciações do Manual do Recenseador.

Uma outra reescritura de *domicílio* interessante é a que está na questão 2.02 dos questionários. *Domicílio* é reescriturado, nessas questões, por *casa*, *apartamento* e *cômodo*. Essas designações aparecem nos questionários apenas como item referente ao “tipo” de *domicílio*. Nessa enunciação, enquanto reescrituras de *domicílio*, são uma forma específica de predicá-lo. Por conseguinte, há brasileiros que escapam da possibilidade de inclusão,

pois não se identificam com as designações constituídas no acontecimento, ou seja, não moram em casas, nem em apartamentos, nem em cômodos...

As reescrituras de *domicílio*, seja por *casa*, *apartamento*, *cômodo* ou *moradia*, *residência* ou pelo próprio nome *domicílio*, vão, ao referirem como o mesmo, refazendo insistentemente a designação do nome *domicílio*. Isso produz outras identificações de *domicílio*, *casa*, *moradia*, *apartamento* ou *residência*, por exemplo. Cria-se, a partir das determinações das designações de *domicílio*, um efeito de instabilidade, que identifica *domicílio* como *residência*, *moradia* ou *casa*, *apartamento*, *cômodo*.

A designação de *domicílio*, trabalha, dessa forma, a divisão e redivisão do real que o processo de reescrituração, pelos nomes apresentados nas análises, movimenta. Tanto a instabilidade de nomes apresentada no Manual do Recenseador quanto a estabilidade do nome *domicílio* apresentada nos questionários é um funcionamento próprio do político, nas suas relações com a história e o social, afetando materialmente a língua. Designar constitui essa relação entre a palavra e o real pelo funcionamento da linguagem, ou seja, se a palavra “*domicílio*” fosse pensada independente de seu funcionamento nas sentenças apresentadas, traria um certo tipo de objeto com certas propriedades; quando essa palavra passa a ser analisada em um funcionamento específico, indica, de modo particular, um certo tipo de objeto, definindo-o ou referindo-o. “*Domicílio*”, dessa forma, não apenas classifica (ou define) um certo tipo de objeto na categoria *domicílio*, mas dá ao objeto a identidade daquilo que significa “*domicílio*”.

É interessante notar que, pelas reescrituras observadas, *casa*, *apartamento*, *cômodo*, *moradia* e *residência* determinam *domicílio*. Nessa medida, sua designação e a relação desses nomes entre si, enquanto determinações de *domicílio*, e deles com *domicílio*, constituem também a designação desses diversos nomes. Ou seja, a designação desses nomes se caracteriza pela relação dos nomes em virtude do que são no funcionamento enunciativo. Desse modo, é significativo que *domicílio* não apareça reescriturado por barraco (e outras construções assemelhadas), por exemplo. A designação de *domicílio* não está em textos reguladores do Censo predicado por barraco, construções provisórias ou

outras designações correlatas; essas designações estão excluídas das relações que constituem a designação de *domicílio*.

2. *Morador*

A outra designação analisada a partir do funcionamento das enunciações constituídas no Manual do Recenseador e nos questionários é a designação *morador*, que, assim como *domicílio*, apresenta-se como base para as pesquisas censitárias. Vale lembrar que somente são contados aqueles que, pela definição apresentada no Manual, são considerados moradores e que tenham relação com o *domicílio* selecionado. O Manual do recenseador apresenta a seguinte definição de *morador*:

[13] *Quem é o morador*⁶?

É a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência; ou, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual (...). (:29)

[14] *A pessoa que, na data de referência, por conveniência ou obrigação, dormiu no local de trabalho (...) mas que, habitualmente, retorna à sua residência, deve ser recenseada em seu domicílio*⁷. (:30)

Vemos em [13] e [14] que, no processo de reescrituração, a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência... refere, por um processo de definição, ao que o morador refere. Deste modo, na cena enunciativa específica, pela própria constituição do acontecimento enunciativo, a designação *pessoa* determina *morador* e, pelo processo de reescrituração, nesse enunciado definidor específico, *morador* passa a significar *pessoa*, juntamente com suas partes (“a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência”; “A pessoa que, na data de referência, por conveniência ou obrigação, dormiu no local de trabalho”) que também constituem a reescritura de *morador*. Não somente a designação *pessoa*, mas toda a descrição apresentada pelo Manual do Recenseador como definição de *morador* constitui o que *morador* designa. A significação de *morador* se constitui, não apenas pela definição,

⁶ Nos recortes utilizados aqui, as palavras sublinhadas são reescrituras de *morador*.

⁷ Cf. recortes na página 61 (Manual do Recenseador), nos anexos, para a designação *morador*.

mas pela determinação produzida pelo processo de reescritura, que particulariza morador e descreve seu sentido.

Nos questionários, a palavra morador aparece em “títulos” nas partes em que se faz um levantamento dos moradores e suas características:

[15] *Lista de moradores do domicílio em 31 de julho de 2000*
(Questionários de Amostra e Básico)

[16] *Características dos moradores* (Questionários de Amostra e Básico)

[17] *1ª pessoa; 2ª pessoa... 6ª pessoa* (Questionários de Amostra e Básico)

[18] *4.02 – Qual é a relação com o responsável pelo domicílio?*⁸
(Questionários de Amostra e Básico)

Morador, tal como foi definido pelo Manual do Recenseador, é reescriturado por *morador*, no Questionário, somente quando a enunciação pede a lista dos *moradores* do domicílio correspondente ou quando especifica suas características. O passado tomado pelo acontecimento em que essa cena específica se dá é um passado que recorta como memorável, além das enunciações em que aparecem – no Manual – as definições, enunciações outras em que a significação de morador está relacionada com os “integrantes da casa”, “os que precisam ser contados pelo censo”.

Quando as características de cada morador são solicitadas, morador é referido por *pessoa* (*1ª pessoa; 2ª pessoa... 6ª pessoa*). *Morador*, na medida em que é reescriturado por *pessoa* é também reescriturado por *pessoa responsável pelo domicílio* – recorte [18]. De uma certa forma, cria-se, pelo acontecimento enunciativo, uma indistinção entre “morador”, “pessoa” e “pessoa responsável pelo domicílio”. *Pessoa* e *pessoa responsável pelo domicílio* passam a significar “morador”, referindo o que *morador* refere. Desse modo, tanto uma quanto outra expressão determinam morador e constituem sua designação.

⁸ Cf. recortes nas páginas 66, 67 e 68 (Questionário Básico) e 71 a 76 (Questionário de Amostra), nos anexos, para a designação *morador*.

E ao fazer isso, já instalam uma diferença entre os moradores: pessoa e pessoa responsável pelo domicílio.

2.1. O Entrevistado

O Manual apresenta, ainda, ao configurar quem deve ser entrevistado, e como fazê-lo, outras formas de reescrever morador, como pode ser observado pela configuração dos sentidos nos enunciados abaixo:

[19] *Para garantir a qualidade das informações, você deve: (...) entrevistar a pessoa responsável pelo domicílio. Na ausência desta, você poderá entrevistar outra pessoa que ali resida, com conhecimento suficiente para dar as informações solicitadas nos instrumentos de coleta⁹. (:33)*

[20] *Pessoas que ocupam duas ou mais residências – é necessário que se estabeleça, junto à pessoa entrevistada, qual era a sua residência principal na data de referência. Uma mesma pessoa não pode ser considerada moradora em duas residências... (:89)*

[21] *A primeira pessoa a ser recenseada é a responsável pelo domicílio. As demais pessoas moradoras no domicílio, a começar pelo cônjuge, se houver, serão recenseadas em seguida... (:74)*

Nesses recortes, morador é referido por a pessoa responsável pelo domicílio (em 19 e 21), outra pessoa que ali resida (19), pessoas que ocupam duas ou mais residências e a pessoa entrevistada (20), as demais pessoas moradoras no domicílio (21). Por outro lado vemos que morador é reescrito consistentemente por pessoa, tal como a análise inicial de morador poderia fazer supor.

A estrutura enunciativa dos recortes [19], [20] e [21], pelas reescrituras indicadas, coloca *morador* como especificado por *pessoa responsável pelo domicílio*; *pessoa entrevistada*; *outra pessoa que ali resida*; *demais pessoas moradoras no domicílio*, e *pessoas que ocupam duas ou mais residências*. Isso se dá porque a reescrituração de

⁹ Cf. recortes nas páginas 62 e 63 (Manual do Recenseador), nos anexos, para a designação *entrevistado*.

morador por essas designações acontece pelo presente do acontecimento que constrói essa relação, ao mesmo tempo em que memoráveis diferentes são recortados como passado pela enunciação de *pessoa responsável pelo domicílio*: o memorável desse acontecimento remete à significação de “alguém que possa responder às questões de forma verdadeira e satisfatória”, aquele que é considerado o “responsável”, pelo domicílio e pelas respostas. Assim se constrói uma outra figura do processo de recenseamento, a pessoa entrevistada: o morador enquanto aquele que fornece informações. *Pessoa entrevistada* rememora, então, enunciações que apresentam como significação “a pessoa que responderá às questões censitárias e que tenha alguma relação com o domicílio recenseado”. Em contrapartida *pessoa moradora* traz como seu passado, pela cena enunciativa específica, enunciações que apresentam como significação “alguém que constitui o domicílio”, e por isso é contado.

Outro conjunto de designações que constitui a predicação de morador nos recortes anteriores – [16] e [17] – traz as designações *pessoa entrevistada* e *pessoa a ser recenseada*. Ao referir um morador por *pessoa entrevistada* [20] ou *pessoa a ser recenseada* [21], coloca-se *pessoa entrevistada* e *pessoa a ser recenseada* como determinadas por morador e isso se dá pelo presente do acontecimento. Ao mesmo tempo, recorta um passado de enunciações que faz, no presente do acontecimento, *pessoa entrevistada* significar um memorável que se apresenta como significando “pessoa (morador) que responderá às questões”, diferentemente de *pessoa a ser recenseada*, que traz a significação de “pessoa contada”, podendo ou não, principalmente, designar a “pessoa que responderá às questões”. Dessa forma, o rememorado que faz *pessoa entrevistada* significar “pessoa entrevistada” e *pessoa a ser recenseada*, “pessoa a ser recenseada” se dá no acontecimento por um presente que, pelo processo de reescrituração, distingue os moradores entre os responsáveis pelo domicílio e os simplesmente contáveis.

Há, também, no Manual do Recenseador, algumas informações sobre o “modo” de dirigir a pergunta ao recenseado, a fim de que não se cause um “mal-entendido” pela linguagem:

[22] *ler, integralmente e pausadamente, todas as perguntas, respeitando a ordem em que aparecem nos questionários. Caso o entrevistado tenha*

*difficuldade, ajude-o a compreender a pergunta, sem induzi-lo à resposta*¹⁰. (:33)

A cena enunciativa em que esse enunciado se dá se constitui numa temporalidade que recorta uma memória de dizeres que se significa, mais uma vez, pela ilusão de controle de dizeres e de sentidos (*“ajude-o a compreender a pergunta, sem induzi-lo à resposta”*); o dizer, aqui, representado pela “ajuda”, é considerado como pronto, sem intervenção da história, livre, para se obter apenas um sentido, aquele “esperado” pela explicação/ajuda do recenseador, numa forma de eliminar qualquer obscuridade e equívocos que a linguagem possa apresentar pela questão censitária (a configuração desse enunciado pressupõe o não entendimento da linguagem pelo sujeito e não pela construção textual). Esses lugares da ilusão da intencionalidade são construídos na enunciação e se representam como uma organização para o texto (Guimarães, 2002-b). Morador é reescriturado por *entrevistado*, rememorando, pela cena enunciativa em que esse enunciado se dá, não só o fato de ser integrante do domicílio recenseado, mas, principalmente, aquele que responde às informações solicitadas.

O Morador refere o mesmo que *a pessoa responsável pelo domicílio, pessoa que ali reside, pessoa entrevistada, pessoa moradora, primeira pessoa a ser recenseada, responsável pelo domicílio, demais pessoas moradoras no domicílio, morador responsável, entrevistado* referem, ou seja, as cenas enunciativas em que essas referências são produzidas recortam um passado de significações que é trabalhado em um presente que, pela reescrituração, no funcionamento enunciativo, toma como o mesmo *pessoa responsável pelo domicílio, pessoa entrevistada, pessoa moradora; primeira pessoa a ser recenseada, responsável pelo domicílio, demais pessoas moradoras no domicílio, morador responsável, entrevistado*. Essa não é apenas uma relação palavra/coisa, mas algo constituído no presente do acontecimento, que traz em si um passado e, ao mesmo tempo, dando espaço a uma futuridade que é própria do dizer e que o faz significar. É dessa forma que as referências vão construindo as designações (Guimarães, 2002-a).

¹⁰ Cf. recortes na página 63 (Manual do Recenseador), nos anexos.

Ao final dos Questionários, há um espaço para a assinatura do entrevistado. *Entrevistado*, neste acontecimento enunciativo específico, recorta como memorável enunciações em que essa designação significa tanto “morador”, quanto “responsável pelo domicílio”. É este que assina como “entrevistado”, remetendo a um memorável que significa “aquele que prestou as informações”, “aquele que assume a responsabilidade pelo que está registrado ali”. A própria assinatura do entrevistado é uma forma de identificação do morador do domicílio, que além de morador, responsável (ou não, no caso da ausência deste) pelo domicílio, é o responsável pelas informações coletadas.

Nas designações apresentadas nos Questionários Básico e de Amostra, *morador*, *pessoa*, *responsável pelo domicílio* e *entrevistado*, dentre outras, constituem a identificação de morador, dividindo e redividindo o real de uma maneira particular e, dessa forma, é parte do processo de identificação da designação. Note-se que neste processo de construção da designação *morador* é uma categoria una e dividida. Una porque significa todos os habitantes do domicílio, mas dividida por ser ou o *responsável pelo domicílio*, o *entrevistado*, ou *outra pessoa que ali resida, por exemplo*. Os moradores não são contados simplesmente enquanto tal. A própria conceituação de morador já instala um lugar de diferenças, que o modo de a ele referir em [15] a [18] já indicara.

Assim é interessante ver como a designação de morador é constituída nestes textos, tanto por procedimentos de reescrituração direta de *morador* (aí incluindo procedimentos de definição), quanto por procedimentos correlatos ligados a uma outra designação fundamental para os questionários, a de *entrevistado*. Por esta via, o próprio procedimento de estabelecimento das regras da cena enunciativa do Censo projeta-se sobre a designação de morador no sentido de marcar sua divisão. E essa divisão já vem marcada por um sentido muito particular: quem pode e deve falar enquanto responsável pelos dados do recenseamento. A regulação da cena enunciativa se formula diretamente sobre divisões do real muito particulares.

Um aspecto importante. Tal como para a identificação posta pela designação *domicílio*, *morador* também recorta um conjunto de cidadão brasileiros contados pelo Censo. Designações como, por exemplo, *morador de rua*, *andarilho* ou *sem-teto* ficam excluídos da categoria de morador pois, como pode ser observado pelas análises, não fazem

parte das relações que constituem a designação *morador* e, conseqüentemente, não são identificados pela categoria *morador*.

3. *Cor e Raça*

Como forma de mostrar outros pontos de identificação e assim de exclusão da população, analisar-se-á uma questão específica do recenseamento, sobre cor e raça, que é feita ao morador entrevistado.

A questão (4.08), do “Questionário da Amostra” do Censo Demográfico 2000, traz o seguinte enunciado:

[23] *Sua cor ou raça é:*

1. *Branca* 2. *Preta* 3. *Amarela* 4. *Parda* 5.
*Indígena*¹¹

A primeira coisa a observar é a sobreposição de *cor* e *raça* apresentada pela articulação disjuntiva *ou*. Não se trata da *cor* e da *raça*, mas da *cor* ou da *raça*, ou seja, as duas designações acabam por ser apresentadas como substituíveis. Isto se caracteriza, muito especificamente, pelo fato de as alternativas apresentadas para escolha como resposta serem excludentes, como poderá ser percebido à frente.

Esta questão (4.08), do “Questionário da Amostra”, busca explicitar dados a respeito da etnia dos cidadãos brasileiros. A etnicidade, segundo HOBBSAWM (1990), está ligada à origem e descendência comuns, que derivam as características comuns dos membros do grupo étnico. Ela é negativa quando tende a definir o outro e não o próprio grupo (“é para os outros que somos parecidos” idem :81). A distinção entre raça/etnicidade serviu, muitas vezes, para separar camadas menores da sociedade e não comunidades inteiras. Na segunda metade do século XIX, elaborou-se um conjunto de diferenciações “raciais” que separavam pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara. A discriminação pela cor aparece muito na história, a atribuição de posição social mais

¹¹ Cf. recorte na página 72 (Questionário de Amostra), nos anexos.

elevada dentro da mesma sociedade está, muitas vezes, ligada à cor da pele. Etnia era considerada, anteriormente, como um aspecto ‘cultural’. Somente no século XIX passa a se relacionar com o biológico e assim com ‘cor’ da pele.

Segundo o IBGE, a finalidade dessa questão (4.08) é conhecer a composição da população brasileira por cor ou raça, atualizando os estudos sobre os padrões de evolução e distribuição étnica. Considera-se, aqui, que o conjunto de respostas apresentadas como possíveis segue um grupo de designação que conduz o recenseado a uma resposta, restringindo, afetando outras seqüências designativas e, conseqüentemente, excluindo outros dizeres e outros sentidos. Tem-se, desse modo, um “perfil” (pré-construído) que se pretende traçar com as alternativas pré-estabelecidas para essa questão.

Essa questão, tratada como acontecimento de linguagem, recorta diferentes possibilidades do dizer, determinando lugares de significação específicos para respondê-la, na medida em que faz a pergunta e dá um conjunto de possibilidades finitas de resposta.

A cena enunciativa da questão 4.08 traz uma regra específica: “escolha uma entre as alternativas apresentadas”. A liberdade de resposta é a da escolha entre as que o Locutor formulou.

Pela própria deontologia lingüística, limitam-se aos enunciados interrogativos respostas que comportam os mesmos pressupostos; qualquer outra resposta que não as apresentadas pelas alternativas seria considerada como uma transgressão.

A escolha dos pressupostos limita o ouvinte e obriga-o a tomá-los como quadro de sua própria fala (Ducrot, 1972). O entrevistado é obrigado a escolher uma das respostas que a pergunta apresenta e, automaticamente, a aceitar os pressupostos da pergunta. A não aceitação (transgressão) poderia ser considerada como uma forma de contra-identificar-se com a formação discursiva que lhe é imposta; imposta pelo interdiscurso, podendo, até, produzir um discurso-contra (Pêcheux, 1975).

Nesta cena enunciativa as designações *branca, preta, amarela, parda e indígena* reescrevem, na medida em que especificam, cor e raça. Pelas quatro primeiras reescrituras, o acontecimento recorta como seu passado sentidos do que é, ou pode/deve ser, a coloração da pele. Essas designações são colocadas num patamar de “caracterização” da população, antecipando, numa relação da história com o simbólico, a imagem da cor dos brasileiros que serão recenseados. A caracterização da população passa assim por uma injunção¹² do Estado sobre o cidadão, que deve escolher uma cor, mesmo que desejasse manifestar outras escolhas (em verdade, a questão de sua intenção sequer é relevante). Quando se acrescenta a esse grupo a designação *indígena*, que pode, também, estar relacionado com ‘povos indígenas’, pode-se perceber que há, entre ela e as demais, uma relação de homogeneidade com cor da pele, ‘cor’ e ‘raça’ estão designando a mesma característica para morador. O sentido de característica racial é apagado pela imagem que supervaloriza a cor da pele. E aqui fecha-se o movimento de sentido pelo qual *cor* e *raça* se sobrepõem indistinguindo seus sentidos.

Como pode ser visto, há um estatuto designativo para as respostas que impõe uma designação única, excluindo qualquer paráfrase sinonímica ou descrições semanticamente equivalentes (não se dirá “negra”, em lugar de preta, por exemplo). E mesmo que o entrevistado diga negra, o recenseador marcará preta. A própria questão carrega em si, por essas “limitações” que se dão pela memória enunciativa, uma divisão social. O conjunto de respostas segue um grupo de designações que possui restrições que afetam outras seqüências designativas, excluindo outros dizeres e outros sentidos.

Há um cruzamento de posições sujeito e sentidos quando confrontamos o Manual do Recenseador com os questionários censitários. O dizer do locutor “responsável” pelas definições apresentadas no Manual se significa também no dizer do locutor responsável pela montagem dos questionários e, de uma certa forma, esses dizeres também se resignificam nas entrevistas, pelo locutor recenseador. Este não pode fazer significar, como foi observado pelo recorte do Manual, outras designações que não as apresentadas e definidas pelo Manual e, ao mesmo tempo, presentes no questionário. Isso se representa

¹² Sobre o conceito de injunção ver Orlandi, 1990 e 1997.

como homogêneo, num desconhecimento da divisão do Locutor no acontecimento e, conseqüentemente, num desconhecimento de que esses textos se constituem por esse cruzamento das posições de sujeito e de sentidos.

Essa questão traz um conjunto de marcas lingüísticas assinalando a ligação de uma nomeação a um domínio específico de nomeações. BOSREDON (1999) dá a isso o nome de “signalética”, ou seja, o que delimita uma categoria e permite identificar todo objeto particular que queira anexar. Esse conjunto de marcas lingüísticas permite referir, na questão apresentada, cor e raça por ‘branca’, ‘preta’, ‘amarela’, ‘parda’ e ‘indígena’, configurando uma construção enunciativa que rememora o já-significado, os termos usados num espaço que se põe como sendo o espaço do informal, aquele que, apenas, caracteriza cor da pele. Dessa forma, apresenta-se um conflito, instala-se uma contradição, entre o formal, imposto pelos questionários censitários, e o informal, o popular, nas designações apresentadas na questão censitária.

Considerações Finais

Para *domicilio*, vimos, pela análise do procedimento de reescritura, que os textos do censo determinam esse nome por outros nomes como residência, moradia, casa, apartamento, cômodo, domicílio particular; para o nome *morador*, os nomes e expressões que o reescrevem são pessoa, responsável pelo domicílio, pessoa que ali resida, pessoa entrevistada, moradora, entrevistado. Estes nomes, portanto, determinam morador. E nesta medida ele é dividido entre *o responsável pelo domicílio* e os demais. Esta divisão é o fundamento para constituir a designação de *entrevistado*. É o fundamento para se estabelecer o interlocutor do Censo em cada domicílio.

Para o caso de *cor ou raça*, que leva adiante, como tantos outros elementos dos questionários, a divisão da população em categorias, vimos como se produz uma indistinção entre estes nomes, sobrepondo-os fortemente. Eles se determinam mutuamente e que são especificados pelo número finito de nomes que o questionário estabelece como respostas aceitáveis. Nota-se que há uma indistinção entre cor e raça, que são estabelecidos como categorias sociais.

A particularização de morador e domicílio, assim como a de raça e cor, é um processo de identificação dessas designações e produzem um recorte da população brasileira e suas características (no caso analisado aqui, em relação à cor da pele). Esse recorte de sujeitos, que é antecipado na constituição dos enunciados da questão 4.08 (cor/raça), significa por rememorar um já-dito e um já-significado, resultando num “mapeamento” da população brasileira, estabelecendo seus sentidos, traçando seu perfil e definindo a(s) sua(s) identidade(s). É pelo nome, pela designação, que esses sujeitos são identificados.

A população brasileira é caracterizada/significa a partir dos registros censitários; as questões do Censo, pelo funcionamento de suas designações, não apenas descrevem a população como faz significar uns e silenciar outros. Desse modo, ao entrevistar um morador, ele é submetido, enquanto entrevistado, a uma deontologia própria da cena

enunciativa da coleta regulada de dados do censo. Assim as respostas são postas nas categorias pré-estabelecidas e a população é caracterizada pelo conjunto de respostas assim regulado. A questão específica (4.08), que restringe e afeta outras seqüências designativas, outros dizeres e outros sentidos, coloca em pauta de modo muito específico a questão da identidade da população. Esse aspecto será melhor analisado em estudo posterior, em que será considerada, principalmente, a configuração das identidades nacionais nas/pelas questões (enunciados), a partir de um efeito imaginário que se coloca na própria formulação desses questionários.

O Censo Demográfico, enquanto instrumento principal de coleta utilizado para o registro das características do domicílio e dos seus moradores, constitui-se, pelo funcionamento das designações, o lugar de regulação, que interdita qualquer outro modo de significar do entrevistado; isso é comprovado pelas próprias questões, onde predominam as alternativas pré-estabelecidas. A possibilidade de outras respostas é considerada como excesso de fala, fala sem lugar e sem significação (“morar na rua”, por exemplo, é, no que diz respeito à significação, o que não deve ser dito, é excesso e, portanto, sem lugar).

Essas designações, que recortam um grupo de cidadãos brasileiros, explicitam, pelas análises apresentadas, um apagamento de outras formas de identificação, assim como de outras histórias possíveis. Dessa forma, silenciam-se (ORLANDI, 1997) sentidos, como no caso de domicílio, por exemplo, construção provisória ou barraco. Dessa forma, há um silenciamento produzido na constituição dos moradores desses locais enquanto sujeitos cidadãos. Esses sujeitos, por não se incluírem na categoria morador ou domicílio, imposto pelo Censo, não contam, podem ficar excluídos da pauta de discussões e, até mesmo, da legislação brasileira. Para ORLANDI (op. cit.), a identidade produzida pela nossa relação com a linguagem nos faz visíveis e intercambiáveis. O silenciamento é parte da experiência da identidade, pois é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial, condição de movimento. Mas os processos de identificação do sujeito não estão fechados na “inscrição de uma formação discursiva determinada”, e sim nos deslocamentos possíveis, trabalhados no/pelo silêncio, na relação conjuntural das formações (idem :92).

Referir *domicílio* por *casa, moradia, residência...* e morador por *pessoa, responsável pelo domicílio*, e mesmo *entrevistado...* produz diferença entre moradores brasileiros, instala uma fronteira de subsistência e produz uma contra-identificação que evidencia a diferença e que põe em cena a possibilidade de dizeres e sentidos que afirmam a inclusão dos moradores de *domicílio, casa, moradia, residência...* e a exclusão dos moradores de ‘barraco’, ‘construção provisória’, ‘de rua’ por um lado, e sem-teto, sem-terra, por outro, que não entram para a categoria de morador.

As categorias de domicílio e morador, apresentadas no Manual e nos questionários, possibilitam concluir, pela análise do conjunto das designações funcionando em enunciados específicos, que são considerados brasileiros, e conseqüentemente contados pelo Censo Demográfico, aqueles que “moram”, “residem” ou “habitam” (*morador*) em “casas”, “cômodos”, “apartamentos”, “moradia” ou “residências” (*domicílio*), ou seja, só se significam, enquanto integrantes da população brasileira, aqueles que se encaixam em algumas dessas categorias pré-existentes. O discurso imposto pelo Censo Demográfico é o discurso da normatização que regula o real, produzindo exclusões. Enquanto parte da população brasileira, não é pelo Censo que esses sujeitos significam; é justamente pela exclusão, por não contarem, que têm seu pertencimento.

A partir dessas séries de designações, pode-se observar uma representação de emparelhamento no texto entre *domicílio, residência, moradia, casa...* e entre *morador, pessoa, responsável pelo domicílio, entrevistado...* Referir *domicílio* por *residência, moradia, casa...* e morador por *pessoa, responsável pelo domicílio, entrevistado...* é tirar dos moradores de rua, de barracos ou construções provisórias a nacionalidade (brasileira), a cidadania e a condição de sujeitos. Existe, com isso, a ausência da voz desses cidadãos. Esse silenciamento não incide apenas sobre o que esses moradores excluídos fazem, mas sobre a sua própria existência, enquanto sujeito existente e morador, resultando num apagamento da existência desses, enquanto parte do Estado (brasileiro).

Pelo funcionamento das designações é possível observar que as reescrituras determinam os processos de identificação da população brasileira. As relações que são constituídas pelo funcionamento das designações analisadas não são somente de existência,

de classificação, mas uma relação de sentido, de identificação da população brasileira, pelo próprio funcionamento dos nomes; relações essas postas pelo imaginário que recorta, afetado pela historicidade, os que são incluídos, identificados e os que são excluídos, não-identificados, produzindo uma regulação do real determinada pelo próprio dizer, dos que são, significam e identificam a categoria de cidadãos brasileiros, moradores e domiciliados, a parte integrante da população brasileira.

Espera-se que as análises designativas apresentadas neste trabalho possam contribuir de modo relevante para a discussão das questões sociais e de linguagem e permitam a realização de uma interpretação crítica dos materiais e dados fornecidos pelo IBGE, dando margem para se pensar diferentemente a população brasileira. Ou seja, espera-se que esta análise, ao lado de produzir uma descrição semântica, possa contribuir para uma leitura não simplesmente quantitativa de resultados do Censo, contribuindo para problematizar seus resultados e procedimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- BÍBLIA SAGRADA: Edições Loyola, São Paulo, 1995.
- BRÉAL, M. (1897) *Ensaio de Semântica*. Campinas: Pontes/EDUC, 1992.
- DECOL, R. “Maior Censo da História começa no dia 1º”. IN: www.agedado.com.br, 2002.
- DUCROT, O. (1972) *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. (1984) *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1988.
- FREGE, G. (1892) “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
- GOLDANI, A. M. “Demografia da Exclusão: Construção de uma Agenda da Perspectiva do Sul”. IN: OLIVEIRA, M. C. (org.) *Demografia da Exclusão Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido*. Campinas: Pontes, 1995-a.
- _____. “Texto e Enunciação”. IN: *Organon*. Vol. 09, nº 23, 1995-b.
- _____. “História, Sujeito e Enunciação”. IN: *Cadernos de Estudos Lingüísticos 35*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. “Interpretar. Língua e Acontecimento”. IN: *Revista Brasileira de Letras*. Vol. 1, nº. 1, 19-23. UfScar, 1999-a.
- _____. “Textualidade e Enunciação”. IN: *Escritos*, 2. Labeurb-Nudecri, 1999-b.
- _____. “Sentido e Acontecimento”. In: *Revista Gragotá*. Niterói. UFF, 2000.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002-a.
- _____. (2002-b) *Texto e Argumentação*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1987.
- HOBBSAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, M. C. & PINTO, L. G. “Exclusão Social e Demografia: Elementos para uma Agenda”. IN: OLIVEIRA, M. C. (org.) *Demografia da Exclusão Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.
- ORLANDI, E. *Terra à vista*. São Paulo, Cortez/Editora da Unicamp, 1990.
- _____. “Exterioridade e Ideologia”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 30*. Campinas, 1996-a.
- _____. *Interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996-b.

- _____. *As Formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (1988). “Unidade e Dispersão: Uma Questão do Texto e do Sujeito”. IN: ORLANDI, E. *Discurso e Leitura*. 4ª ed. Campinas: Cortez Editora, 1999.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. “Ler o Arquivo Hoje”. IN: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de Leitura: Da História no Discurso*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1982.
- _____. (1983) *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- RANCIÈRE, J. (1992) *Os Nomes da História – Um Ensaio da Poética do Saber*. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RODRÍGUEZ, C. “Sentido, Interpretação e História”. IN: ORLANDI, E. *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- SABATINI, F. (2001). “Transformação Urbana e Dialética entre Integração e Exclusão Social: Reflexões sobre as Cidades Latino-americanas e o Caso de Santiago do Chile”. IN: OLIVEIRA, M. C. (org.) *Demografia da Exclusão Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.
- ZOPPI-FONTANA, M. “A Testemunha: Enunciação e Exterioridade”. IN: FONTANA, M. *Cidadãos Modernos: Discurso e Representação Política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- QUESTIONÁRIOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 – IBGE
- MANUAL DO RECENSEADOR – CENSO 2000 – IBGE
- Site: www.ibge.gov.br

APÊNDICE

MANUAL DO RECENSEADOR

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Manual do Recenseador

CD 1.09

Rio de Janeiro
2000

Uma vez que o Recenseador já identificou e atualizou o Setor Censitário e já sabe como percorrê-lo, ele está apto a realizar a Cobertura do Setor.

Cobertura do Setor é o levantamento de todos os domicílios e unidades não-residenciais, compreendendo, também, o recenseamento de todos os moradores do setor na data de referência (a noite de 31 de julho de 2000 para 01 de agosto de 2000).

Para fazer a Cobertura do Setor, o Recenseador deve:

- identificar os domicílios e as unidades não-residenciais, bem como os locais inadequados para habitação. Para identificá-los, é indispensável aprender os conceitos relativos a cada um deles;
- registrar todos os domicílios e unidades não-residenciais, ocupadas ou não, na ordem do percurso, obedecendo rigorosamente às normas contidas no Manual. Nas edificações com muitas moradias e nos domicílios coletivos, entrar em contato com o proprietário, gerente, administrador, síndico, porteiro, encarregado ou responsável pelo imóvel, para obter melhor identificação do local a ser pesquisado.

O que é Domicílio?

Em geral não há dificuldade para identificar um domicílio e para entender o conceito quando utilizado com o sentido de residência ou moradia, que é o caso do Censo 2000.

A maior parte das pessoas reside em um apartamento ou em uma casa. Entretanto, pode-se encontrar um domicílio em um local aparentemente não destinado à moradia, como por exemplo um cômodo em um prédio exclusivamente comercial ou nos fundos do terreno de uma loja ou fábrica, etc.

Existem, também, os casos em que uma construção sofre alteração ao longo do tempo por mudança na sua finalidade original, como por exemplo, uma casa que tenha sido convertida em sede de uma empresa imobiliária.

Portanto, a identificação de um domicílio vai depender da aplicação correta do seu conceito.

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.

Os critérios essenciais desta definição são a separação e a independência:

O que é Separação e Independência ?

- Separação: este critério é atendido quando o local de habitação é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto e que permite que uma ou mais pessoas, que nele habita, se isole das demais, com a finalidade de

domir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente.

Independência: este critério é atendido quando o local de habitação tem acesso direto que permite aos seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

Nota: Somente quando forem atendidas simultaneamente as condições de separação e independência caracteriza-se corretamente um domicílio.

Os quartos providos de entrada independente, ou as construções anexas à principal, utilizadas por membros do domicílio, inclusive empregados domésticos, desde que não fique caracterizado o Critério de Separação, devem ser considerados partes integrantes do domicílio.

Exemplos:

- a) em um prédio de dois andares residem duas famílias, uma em cada andar. Se cada família tem local próprio para consumir e preparar seus alimentos e, além disso, o acesso ao local de habitação de uma, não seja feito por dependência de habitação da outra, contam-se como dois domicílios particulares;
- b) em uma casa, reside um casal que aluga um quarto para um rapaz. Este rapaz para atingir o seu quarto é obrigado a passar pela sala do casal. Neste caso conta-se apenas um domicílio particular; e
- c) dois casais alugam uma casa e utilizam, em comum, a sala, o banheiro e a cozinha. Ocupam quartos separados. Nesta situação conta-se apenas um domicílio particular.

Procedimentos de Registro para Edificações com Domicílios:

- verificar, em cada edificação, se existe mais de um domicílio, ocupado ou não;
- perguntar ao entrevistado se existem outras moradias nos fundos ou se há outra construção naquela propriedade;
- quando houver mais de uma construção na propriedade, relacionar primeiro as unidades da frente e depois as dos fundos. Estando as construções dispostas de forma desordenada, relacioná-las, seguindo o sentido dos ponteiros do relógio, registrando todas as unidades existentes na propriedade; e
- nos edifícios, começar os registros do andar mais alto para o mais baixo, não esquecendo as unidades localizadas em coberturas, subsolos e locais destinados a alojamento de porteiros, zeladores e faxineiros. Listar as unidades de cada pavimento, seguindo a ordem crescente dos apartamentos, ou seja, de acordo com a sequência encontrada: numérica, alfabética ou outra. Quando não existir ordenação, registrar as unidades seguindo a direção dos ponteiros do relógio ou registrar primeiro as unidades da frente e depois as dos fundos.

Para registrar corretamente a espécie de domicílio, se torna indispensável aprender alguns conceitos sobre as unidades que serão recenseadas.

O que é um Domicílio Particular?

É a moradia onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

Os domicílios particulares classificam-se em:

- Particular Permanente; e
- Particular Improvisado.

O que é um Domicílio Particular Permanente?

É o domicílio que foi construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

Os edifícios de apartamentos, os apartamentos em apart-hotéis e as casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços, etc.) constituem conjuntos de domicílios particulares permanentes.

Normalmente, as casas de cômodos, cabeças-de-porco e cortiços caracterizam-se como uma construção única, cuja estrutura interna foi adaptada para acomodar, em cada cômodo, um grupo familiar com vida independente dos demais. Caracterizam-se, ainda, por possuírem, quase sempre, banheiro e/ou aparelho sanitário de uso coletivo.

Fazendas, estâncias, engenhos, etc., constituem, também, conjuntos de domicílios particulares permanentes.

Constituem domicílios particulares permanentes em estabelecimentos institucionais, como: hospitais, leprosários, asilos, mosteiros, quartéis, escolas,

O que é Unidade Não-residencial?

É a unidade destinada a atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços, onde não existiam moradores, na data de referência.

Procedimentos de Registro para Edificações com Unidades Não-residenciais:

- quando uma mesma empresa, ou um mesmo estabelecimento ocupar duas ou mais unidades consecutivas, com numeração distinta, como por exemplo uma loja de calçados ocupando três unidades no seguinte endereço: Rua da Carioca números 18, 20 e 22. Neste caso deverá ser feito um registro indicando o conjunto das unidades, em uma única linha da Folha de Coleta; e
- quando for um Centro Comercial (Shopping Center) ou prédio totalmente ocupado por unidades não-residenciais (conjunto de escritórios, lojas, consultórios, etc.), fazer o registro do conjunto em uma única linha da Folha de Coleta.

Procedimentos de Registro para Edificações Mistas com Domicílios e Unidades Não-residenciais:

- havendo uma nítida separação por pavimentos (pavimentos totalmente residenciais e pavimentos totalmente não-residenciais), registrar os domicílios um a um e as unidades não-residenciais registrar em uma única linha da Folha de Coleta, por pavimento ou agrupando os pavimentos quando forem consecutivos.

Exemplo: em um prédio misto com oito andares, composto por domicílios e unidades não-residenciais, onde os três primeiros pavimentos são ocupados por lojas e escritórios e os cinco restantes por domicílios, o Recenseador fará um lançamento na Folha de Coleta para cada domicílio e, para as unidades não-residenciais, fará apenas um lançamento, indicando o conjunto.

- caso os domicílios e as unidades não-residenciais estejam distribuídos irregularmente pelos pavimentos, o Recenseador deverá fazer, para cada uma delas, um lançamento na Folha de Coleta.

Exemplo: em um prédio misto, contendo desordenadamente domicílios e unidades não-residenciais, registrar todas as unidades que encontrar no percurso. Com este procedimento, o Recenseador terá a certeza de estar cobrindo todas as unidades de cada pavimento e/ou edificação.

O que é um Local Inadequado para Habitação?

São considerados locais inadequados para habitação:

- as construções rústicas da zona rural que não se destinam à habitação, como por exemplo: paióis, coqueiras, abrigos contra a chuva, etc.;
- as edificações anexas à principal destinadas à guarda de veículos, animais e utensílios;

- as construções localizadas em vias públicas ou praças como: bancas de jornal e quiosques destinados à venda de comida, cigarros, bebidas, etc.; e
- prédios em construção, em ruínas, em demolição, etc.

Procedimentos de Registro para os Locais Inadequados para Habitação

- esses locais só serão recenseados e registrados na Folha de Coleta, quando for constatada a existência de moradores na data de referência e for possível realizar a entrevista.

Para que a Cobertura do Setor se complete, além de identificar e registrar os domicílios e unidades não-residenciais, o Recenseador vai fazer o recenseamento de seus moradores, observando sempre a data de referência (a noite de 31 de julho de 2000 para 01 de agosto de 2000).

Quem é o Morador?

É a pessoa que:

- tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência; ou
- embora ausente na data de referência tem o domicílio como residência habitual, desde que esta ausência não seja superior a 12 meses, em decorrência dos seguintes motivos:
 - viagens: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos, etc.;
 - internação em estabelecimento de ensino ou hospedada em outro domicílio, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo;
 - detenção sem sentença definitiva declarada;
 - internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e
 - embarque a serviço (marítimos).

Em todas estas situações é importante certificar-se que a ausência não ultrapassou 12 meses, período este considerado até a data de referência.

São considerados moradores nos locais em que se encontravam, independente do período de afastamento do domicílio, as pessoas nas seguintes condições:

- internas permanentemente em sanatórios, asilos, conventos ou estabelecimentos similares;
- moradoras em pensionatos e que não tenham outro local habitual de residência;
- condenadas com sentença definitiva declarada; ou os que
- migrantes para outras regiões, em busca de trabalho, e ali fixaram residência.

O Recenseador e o Entrevistado: uma parceria necessária

Para realizar a entrevista, o Recenseador deve se preparar, observando alguns cuidados iniciais:

- usar o seu crachá em lugar bem visível;
- usar roupa confortável e discreta;
- separar, com antecedência, o material a ser utilizado; e
- apresentar-se, dizendo o seu nome, mostrar o crachá, explicar que está representando o IBGE, e falar, brevemente, o que deseja.

Para conquistar a confiança do entrevistado, o Recenseador deverá explicar que as informações prestadas ao Censo são de caráter confidencial. Somente os funcionários do IBGE, que trabalham nos levantamentos estatísticos, terão acesso aos dados dos questionários.

É importante esclarecer que, em hipótese alguma, as informações prestadas poderão ser vistas por pessoas estranhas ao serviço censitário. Esta norma do IBGE é seguida à risca, ou seja:

Os responsáveis pela violação do sigilo censitário serão punidos com demissão sumária e ficarão sujeitos a processo criminal.

Em contrapartida, é importante que o entrevistado, que se recusa categoricamente a dar as informações, saiba que há uma lei, a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar informações estatísticas para o IBGE. Nesta lei, também, está assegurado o sigilo das informações fornecidas.

Art. 1^a - Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 2^a, § 2^a).

Parágrafo único - as informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo ou judicial, excetuando-se, apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

No desenvolvimento da entrevista, o Recenseador deverá procurar manter o clima de cordialidade, o que implica em:

- despertar a confiança do entrevistado, tratando-o sempre com cortesia e respeito; e

- direcionar o assunto da entrevista apenas à coleta de dados, evitando assuntos alheios ao levantamento.

Para garantir a qualidade das informações, o Recenseador deve:

- seguir rigorosamente todas as instruções constantes do Manual, para o preenchimento dos Instrumentos de Coleta;
- entrevistar a pessoa responsável pelo domicílio. Na ausência desta, o Recenseador poderá entrevistar outra pessoa que ali resida, com conhecimento suficiente para dar as informações solicitadas nos instrumentos de coleta. Quando o Recenseador não encontrar uma pessoa qualificada para dar a entrevista, deverá se informar sobre os horários em que poderá encontrar o morador responsável, deixando, se possível, um recado sobre o dia e a hora em que voltará para obter as informações censitárias;
- ler integral e pausadamente todas as perguntas, respeitando a ordem em que aparecem nos questionários. Caso o entrevistado tenha dificuldade, ajude-o a compreender a pergunta, sem induzi-lo à resposta;
- quando a pergunta contiver alternativas para a resposta, realizar uma leitura pausada de cada alternativa, dando tempo ao entrevistado de compreender e responder de acordo com a sua situação;
- quando cabíveis, fazer todas as perguntas e registrar as respectivas respostas; e
- verificar, ao final da entrevista, se o questionário está devidamente preenchido.

Notas:

a) se cada Recenseador formular as perguntas com as suas próprias palavras, o Censo corre o risco de ter informações incorretas. A experiência dos Censos anteriores evidenciou que quando o Recenseador faz a pergunta usando a sua própria linguagem, ela pode ser interpretada de modo diferente daquela que está expressa no questionário. Quando isso acontece, as respostas dadas pelos entrevistados não atendem aos objetivos do questionário; e

b) mesmo que o Recenseador suponha conhecer as respostas de algumas perguntas, ele não pode dar a resposta pelo entrevistado. É indispensável que o entrevistado se posicione em todas as perguntas dos questionários. Omitir a formulação de qualquer pergunta ou responder pelo entrevistado, repercute na qualidade do Censo.

Os questionários preenchidos devem ser entregues, no Posto de Coleta, na data marcada pelo Supervisor.

Tomando os cuidados que constam desta seção, certamente Recenseador e Entrevistados farão uma boa parceria que reverterá em grande contribuição ao Censo Demográfico 2000 e à produção de um retrato mais abrangente e atual do Brasil.

QUESTIONÁRIO BÁSICO

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:



1

Censo Demográfico 2000 CD 1.01 Questionário Básico	MUNICÍPIO: AGÊNCIA: USO EXCLUSIVO DO IBGE ☐
---	--

1	IDENTIFICAÇÃO	1.01 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO				
---	---------------	-----------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

1.02 UF	1.03 MUNICÍPIO	1.04 DISTRITO	1.05 SUBDISTRITO	1.06 SETOR	1.07 Nº DA PÁGINA DA FOLHA DE COLETA	1.08 Nº NA FOLHA DE COLETA
1.09 Nº NA FOLHA DE DOMICÍLIO COLETIVO	1.10 TOTAL DE HOMENS	1.11 TOTAL DE MULHERES	1.12 QUESTIONÁRIO NO DOMICÍLIO		1.13 TOTAL DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NO DOMICÍLIO	
			☐ 1 - ÚNICO ☐ 3 - É CONTINUAÇÃO ☐ 2 - TEM OUTROS			

LOCALIDADE:

LOGRADOURO:
(Endereço completo)

2	CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO
---	------------------------------

2.01 - ESPÉCIE ☐ 1 - PARTICULAR PERMANENTE → Siga quesito 2.02 ☐ 2 - PARTICULAR IMPROVISADO → Passe para a Lista de Moradores ☐ 3 - COLETIVO →	2.07 - QUANTOS BANHEIROS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Considere somente os que contêm chuveiro ou banheira e aparelho sanitário) Se 0 (zero) siga quesito 2.08. Caso contrário, passe para o quesito 2.09. Se 9 banheiros ou mais registrar 9 (nove).
2.02 - TIPO ☐ 1 - CASA ☐ 2 - APARTAMENTO ☐ 3 - CÔMODO	2.08 - NESTE DOMICÍLIO, TERRENO OU PROPRIEDADE EXISTE SANITÁRIO UTILIZADO PELOS MORADORES? ☐ 1 - SIM → Siga quesito 2.09 ☐ 2 - NÃO → Passe para o quesito 2.10
2.03 - ESTE DOMICÍLIO É: ☐ 1 - PRÓPRIO - JÁ PAGO → Siga quesito 2.04 ☐ 2 - PRÓPRIO - AINDA PAGANDO → ☐ 3 - ALUGADO → ☐ 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR → Passe para o quesito 2.05 ☐ 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA → ☐ 6 - OUTRA CONDIÇÃO →	2.09 - O ESCOADOURO DESTES BANHEIRO OU SANITÁRIO É LIGADO A: ☐ 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL ☐ 2 - FOSSA SÉPTICA ☐ 3 - FOSSA RUDIMENTAR ☐ 4 - VALA ☐ 5 - RIO, LAGO OU MAR ☐ 6 - OUTRO ESCOADOURO
2.04 - O TERRENO EM QUE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO É: ☐ 1 - PRÓPRIO ☐ 2 - CEDIDO ☐ 3 - OUTRA CONDIÇÃO	2.10 - O LIXO DESTES DOMICÍLIO: ☐ 1 - É COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA ☐ 2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA ☐ 3 - É QUEIMADO (Na propriedade) ☐ 4 - É ENTERRADO (Na propriedade) ☐ 5 - É JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO ☐ 6 - É JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR ☐ 7 - TEM OUTRO DESTINO
2.05 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É: ☐ 1 - REDE GERAL ☐ 2 - POÇO OU NASCENTE (Na propriedade) ☐ 3 - OUTRA	
2.06 - A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA: ☐ 1 - CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO ☐ 2 - CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO ☐ 3 - NÃO CANALIZADA	

Passe para a Lista de Moradores

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCRVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:



3

2ª PESSOA

NOME:

4.01 - SEXO

☐

1 - MASCULINO

☐

2 - FEMININO

MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES

4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?

☐

02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a)

☐

03 - FILHO(a), ENTEADO(a)

☐

04 - PAI, MÃE, SOGRO(a)

☐

05 - NETO(a), BISNETO(a)

☐

06 - IRMÃO, IRMÃ

☐

07 - OUTRO PARENTE

☐

08 - AGREGADO(a)

☐

09 - PENSIONISTA

☐

10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

☐

11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.

4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO?

MÊS	ANO

4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.06 - SABE LER E ESCRVER?

☐

1 - SIM

☐

2 - NÃO

3ª PESSOA

NOME:

4.01 - SEXO

☐

1 - MASCULINO

☐

2 - FEMININO

MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES

4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?

☐

02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a)

☐

03 - FILHO(a), ENTEADO(a)

☐

04 - PAI, MÃE, SOGRO(a)

☐

05 - NETO(a), BISNETO(a)

☐

06 - IRMÃO, IRMÃ

☐

07 - OUTRO PARENTE

☐

08 - AGREGADO(a)

☐

09 - PENSIONISTA

☐

10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

☐

11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.

4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO?

MÊS	ANO

4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.06 - SABE LER E ESCRVER?

☐

1 - SIM

☐

2 - NÃO

4ª PESSOA

NOME:

4.01 - SEXO

☐

1 - MASCULINO

☐

2 - FEMININO

MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES

4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?

☐

02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a)

☐

03 - FILHO(a), ENTEADO(a)

☐

04 - PAI, MÃE, SOGRO(a)

☐

05 - NETO(a), BISNETO(a)

☐

06 - IRMÃO, IRMÃ

☐

07 - OUTRO PARENTE

☐

08 - AGREGADO(a)

☐

09 - PENSIONISTA

☐

10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

☐

11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)

ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.

4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO?

MÊS	ANO

4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA?

1 ANO OU MAIS	EM MESES
2 anos	4 meses

4.06 - SABE LER E ESCRVER?

☐

1 - SIM

☐

2 - NÃO

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:



4

5ª PESSOA		NOME:	
4.01 - SEXO ☐ 1 - MASCULINO ☐ 2 - FEMININO		☐ MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES	
4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO? ☐ 02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a) ☐ 05 - NETO(a), BISNETO(a) ☐ 08 - AGREGADO(a) ☐ 03 - FILHO(a), ENTEADO(a) ☐ 06 - IRMÃO, IRMÃ ☐ 09 - PENSIONISTA ☐ 04 - PAI, MÃE, SOGRO(a) ☐ 07 - OUTRO PARENTE ☐ 10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a) ☐ 11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)			
ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.			
4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO? MÊS ANO 		4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000? 1 ANO OU MAIS 2 anos EM MESES 4 meses	
4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA? 1 ANO OU MAIS 2 anos EM MESES 4 meses			
4.06 - SABE LER E ESCRIVER? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO			

6ª PESSOA		NOME:	
4.01 - SEXO ☐ 1 - MASCULINO ☐ 2 - FEMININO		☐ MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES	
4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO? ☐ 02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a) ☐ 05 - NETO(a), BISNETO(a) ☐ 08 - AGREGADO(a) ☐ 03 - FILHO(a), ENTEADO(a) ☐ 06 - IRMÃO, IRMÃ ☐ 09 - PENSIONISTA ☐ 04 - PAI, MÃE, SOGRO(a) ☐ 07 - OUTRO PARENTE ☐ 10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a) ☐ 11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)			
ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano), ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.			
4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DO SEU NASCIMENTO? MÊS ANO 		4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000? 1 ANO OU MAIS 2 anos EM MESES 4 meses	
4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA? 1 ANO OU MAIS 2 anos EM MESES 4 meses			
4.06 - SABE LER E ESCRIVER? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO			

ASSINATURA DO ENTREVISTADO:

QUESTIONÁRIO DA AMOSTRA¹³

¹³ Neste anexo, aparecem somente as questões referentes ao 1º morador recenseado, ‘1ª pessoa’. Essas mesmas questões se repetem para os demais moradores, até a 6ª pessoa, podendo ser estendido para as demais, se houver necessidade.

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISSEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:

X

1



Censo Demográfico 2000
CD 1.02
Questionário da Amostra

MUNICÍPIO:

AGÊNCIA:

1

IDENTIFICAÇÃO

1.01 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

1.02 UF	1.03 MUNICÍPIO	1.04 DISTRITO	1.05 SUBDISTRITO	1.06 SETOR	1.07 Nº DA PÁGINA DA FOLHA DE COLETA	1.08 Nº NA FOLHA DE COLETA
1.09 Nº NA FOLHA DE DOMICÍLIO COLETIVO	1.10 TOTAL DE HOMENS	1.11 TOTAL DE MULHERES	1.12 QUESTIONÁRIO NO DOMICÍLIO		1.13 TOTAL DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NO DOMICÍLIO	
			☐ 1 - ÚNICO ☐ 3 - É CONTINUAÇÃO ☐ 2 - TEM OUTROS			

LOCALIDADE:

LOGRADOURO:

(Endereço completo)

2

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

2.01 - ESPÉCIE

- ☐ 1 - PARTICULAR PERMANENTE → **Siga questão 2.02**
☐ 2 - PARTICULAR IMPROVISADO → **Passo para a Lista de Moradores**
☐ 3 - COLETIVO

2.02 - TIPO

- ☐ 1 - CASA
☐ 2 - APARTAMENTO
☐ 3 - CÔMODO

2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO?

2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES DESTA DOMICÍLIO?

Se 9 cômodos ou mais servindo de dormitório, registrar 9 (nove).

2.05 - ESTE DOMICÍLIO É:

- ☐ 1 - PRÓPRIO - JÁ PAGO → **Siga questão 2.06**
☐ 2 - PRÓPRIO - AINDA PAGANDO
☐ 3 - ALUGADO → **Passo para o questão 2.07**
☐ 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR
☐ 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA
☐ 6 - OUTRA CONDIÇÃO

2.06 - O TERRENO EM QUE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO É:

- ☐ 1 - PRÓPRIO
☐ 2 - CEDIDO
☐ 3 - OUTRA CONDIÇÃO

2.07 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:

- ☐ 1 - REDE GERAL
☐ 2 - POÇO OU NASCENTE (Na propriedade)
☐ 3 - OUTRA

2.08 - A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA:

- ☐ 1 - CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO
☐ 2 - CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO
☐ 3 - NÃO CANALIZADA

2.09 - QUANTOS BANHEIROS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Considere somente os que contêm chuveiro ou banheira e aparelho sanitário)

Se 0 (zero) siga questão 2.10. Caso contrário, passo para o questão 2.11.
Se 9 banheiros ou mais registrar 9 (nove).

2.10 - NESTE DOMICÍLIO, TERRENO OU PROPRIEDADE EXISTE SANITÁRIO UTILIZADO PELOS MORADORES?

- ☐ 1 - SIM → **Siga questão 2.11**
☐ 2 - NÃO → **Passo para o questão 2.12**

2.11 - O ESCOADOIRO DESTE BANHEIRO OU SANITÁRIO É LIGADO A:

- ☐ 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL
- ☐ 2 - FOSSA SÉPTICA
- ☐ 3 - FOSSA RUDIMENTAR
- ☐ 4 - VALA
- ☐ 5 - RIO, LAGO OU MAR
- ☐ 6 - OUTRO ESCOADOIRO

2.12 - O LIXO DESTE DOMICÍLIO:

- ☐ 1 - É COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA
- ☐ 2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA
- ☐ 3 - É QUEIMADO (Na propriedade)
- ☐ 4 - É ENTERRADO (Na propriedade)
- ☐ 5 - É JOGADO EM TERRENO BALDO OU LOGRADOURO
- ☐ 6 - É JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR
- ☐ 7 - TEM OUTRO DESTINO

2.13 - ESTE DOMICÍLIO TEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA?

- ☐ 1 - SIM
- ☐ 2 - NÃO

NESTE DOMICÍLIO EXISTE:

- 2.14 - RÁDIO? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
- 2.15 - GELADEIRA OU FREEZER? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
- 2.16 - VÍDEOCASSETTE? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
- 2.17 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPA? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
(Não considerar o tanquinho)
- 2.18 - FORNO DE MICROONDAS? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
- 2.19 - LINHA TELEFÔNICA INSTALADA? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
- 2.20 - MICROCOMPUTADOR? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO

NESTE DOMICÍLIO, QUAL A QUANTIDADE EXISTENTE DE:
Se não tiver, registrar 0 (zero). Se tiver 9 ou mais, registrar 9 (nove).

- 2.21 - TELEVISORES ☐
- 2.22 - AUTOMÓVEIS PARA USO PARTICULAR ☐
- 2.23 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO
(Se houver ar condicionado central, registre o número de cômodos servidos) ☐

3 LISTA DE MORADORES DO DOMICÍLIO EM 31 DE JULHO DE 2000

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO	Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO

Antes de continuar o preenchimento do questionário, leia o nome de todos os moradores (inclusive aqueles relacionados no(s) questionário(s) suplementar(es), se for o caso). Verifique se não foi esquecida alguma criança, com menos de 2 anos de idade, ou alguém que está temporariamente ausente por motivo de estudo, trabalho, internação em hospital ou por outro razão. Se ocorreu qualquer omissão, acrescente o(s) nome(s) à lista e inicie o preenchimento das características dos moradores.

NAME:

MARQUE A QUADRICULA, SE A PRÓPRIA
PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES

12 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO

12 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO

Se for individual em domicílio coletivo, registrar 0 (zero).

5 - INDÍGENA

3. NẮC

4 - NENHUMA DAS ILUSTRAÇÕES

4. MENJUALA DICILODADE

5. NENHUMA DAS EMERADAS

[illegible]

2. NÃC

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36.
Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA

Se 10 anos ou mais de idade,
passe para o quesito 4.36. Caso
contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

9 - NENHUM

10 - NENH

Se mais de idade, passe para o quesito 10. Se contrário, encerre a entrevista.

Se 10 anos ou mais de idade, siga para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

3. NUNCA VIREI

4. UNIÃO CONSENSUAL

5 - SOLTEIRO(a)

Siga quesito 4,50

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISSEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRICULA DESTA FORMA:



32

4.50 - NESTE TRABALHO, ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL?		☐ 1 - SIM		☐ 2 - NÃO	
↓					
QUAL FOI O SEU RENDIMENTO BRUTO DO MÊS DE JULHO DE 2000:					
4.51 - NO TRABALHO PRINCIPAL?	☐ 0 - NÃO TEM				
	☐ 1 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS	R\$			, 00
4.52 - NOS DEMAIS TRABALHOS?	☐ 0 - NÃO TEM				
Quando só tiver um único trabalho, registrar NÃO TEM nos demais trabalhos.	☐ 1 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS	R\$			, 00
↓					
QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA:					
4.53 - NO TRABALHO PRINCIPAL?					
4.54 - NOS DEMAIS TRABALHOS?			☐ 0 - NÃO TEM		
Quando só tiver um único trabalho, registrar NÃO TEM nos demais trabalhos.					
Passar para o quesito 4.56					
4.55 - NO PERÍODO DE 30 DE JUNHO A 29 DE JULHO DE 2000, TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA PARA CONSEGUIR ALGUM TRABALHO?		☐ 1 - SIM		☐ 2 - NÃO	
↓					
4.56 - EM JULHO DE 2000, ERA APOSENTADO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL?		☐ 1 - SIM		☐ 2 - NÃO	
↓					
POSSUÍA RENDIMENTOS EM JULHO DE 2000 PROVENIENTES DE:					
4.57 - APOSENTADORIA, PENSÃO?	☐ 0 - NÃO TEM	R\$			, 00
4.58 - ALUGUEL?	☐ 0 - NÃO TEM	R\$			, 00
4.59 - PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÃO RECEBIDA DE NÃO-MORADOR?	☐ 0 - NÃO TEM	R\$			, 00
4.60 - RENDA MÍNIMA/BOLSA-ESCOLA, SEGURO-DESEMPREGO, ETC? (Programas oficiais de auxílio)	☐ 0 - NÃO TEM	R\$			, 00
4.61 - OUTROS?	☐ 0 - NÃO TEM	R\$			, 00
↓					
PARA AS MULHERES COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)					
4.62 - QUANTOS(as) FILHOS(as) NASCIDOS(as) VIVOS(as) TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?	HOMENS	MULHERES	☐ 0 - NENHUM		
	1	3	↓	Passar para o quesito 4.67	
4.63 - DOS(as) FILHOS(as) QUE TEVE, QUANTOS(as) ESTAVAM VIVOS(as) EM 31 DE JULHO DE 2000?	HOMENS	MULHERES	☐ 0 - NENHUM		
	2	4			
↓					
4.64 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?	☐ 1 - MASCULINO		☐ 2 - FEMININO		
↓					
4.65 - QUAL É A DATA DE NASCIMENTO (ou idade presumida) DO(a) ÚLTIMO(a) FILHO(a) NASCIDO(a) VIVO(a) ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?	MÊS	ANO	IDADE PRESUMIDA		
	1		3		
↓					
4.66 - ESTE(a) FILHO(a) ESTAVA VIVO(a) EM 31 DE JULHO DE 2000?	☐ 1 - SIM		☐ 2 - NÃO		☐ 9 - NÃO SABE
↓					
4.67 - QUANTOS(as) FILHOS(as) NASCIDOS(as) MORTOS(as) TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?	HOMENS	MULHERES	TOTAL	☐ 0 - NENHUM	
	2	4	6		

ASSINATURA DO ENTREVISTADO:

